



ACADEMIA MILITAR

**A EFICÁCIA DO MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU
NO COMBATE À CRIMINALIDADE**

Autor: Aspirante de Cavalaria Rafael Bastos Ribeiro

Orientador: Coronel de Art. Rui Manuel Ferreira V. Baleizão

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, Agosto de 2012**



ACADEMIA MILITAR

**A EFICÁCIA DO MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU
NO COMBATE À CRIMINALIDADE**

Autor: Aspirante de Cavalaria Rafael Bastos Ribeiro

Orientador: Coronel de Art. Rui Manuel Ferreira V. Baleizão

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, Agosto de 2012**

Dedicatória

Aos meus pais, irmão e namorada por todo o apoio
prestado no percorrer desta caminhada.

Agradecimentos

A Elaboração de um trabalho académico no âmbito do Mestrado em Ciência Sociais e na Especialidade de Segurança, não é um documento que se possa realizar de forma isolada e sem a colaboração de elementos que possuem um maior conhecimento e experiência nesta área. Pela colaboração e disponibilidade demonstrada direciono os meus sinceros agradecimentos.

Ao Sr. Coronel Rui Baleizão, como orientador, pelo profissionalismo e dedicação, apoio e acompanhamento constante na orientação deste trabalho em toda a sua dimensão.

À Sr.^a Dr.^a Maria José Morgado, pela disponibilidade e pela transmissão do seu imenso conhecimento, precioso para a elaboração deste trabalho.

Ao Sr. Dr. José Guerra, pela prestação das informações solicitadas mesmo durante o seu período de lazer.

À Sr.^a Dr.^a Joana Gome Ferreira, pela disponibilidade e informações fornecidas de importante contributo.

Ao Sr. Inspetor Fernando Flores, pela disponibilidade e profissionalismo durante toda a elaboração do trabalho.

A todo o XVII Curso da GNR, pela boa disposição e apoio prestado durante a realização deste trabalho, bem como ao longo deste cinco anos.

A todos o meu profundo, humilde e eterno agradecimento.

Resumo

Subordinado ao tema “A Eficácia do Mandado de Detenção Europeu no Combate à Criminalidade”, o presente trabalho resulta de uma investigação que procura identificar e analisar as potencialidades e inovações resultantes da aplicação do Mandado de Detenção Europeu e dos respetivos mecanismos de cooperação judicial e policial internacional no combate à emergente criminalidade, consequente da adoção de uma política de livre circulação de pessoas e construção de um espaço comum Europeu.

Face ao exposto, os objetivos deste trabalho ambicionam apurar o grau de eficácia produzido pelo Mandado de Detenção Europeu e as suas vantagens no combate à criminalidade, as principais novidades relativamente ao tradicional sistema de extradição utilizado no passado, a identificação de obstáculos na utilização deste instrumento jurídico através do estudo dos mecanismos de cooperação judiciária praticados dentro da União, e obter algumas recomendações de forma a conceber melhorias na futura utilização desta ferramenta.

Devido à natureza jurídica do presente trabalho, a metodologia de investigação utilizada recorre ao método dedutivo através de uma análise documental e da realização de entrevistas. Obedecendo ao percurso metodológico proposto pelas orientações dadas pela Academia Militar, e com recurso a uma abordagem sistemática dos instrumentos de investigação utilizados, foi possível responder às perguntas de investigação elaboradas e consequentemente, assegurar os objetivos propostos.

Em resposta ao rápido desenvolvimento da crescente criminalidade que se verifica na atualidade, a União Europeia sentiu necessidade de substituir o tradicional processo de extradição, que se mostrava inadequado às necessidades implementadas pelas novas políticas Europeias, por um processo mais eficaz de detenção e entrega de pessoas procuradas dentro do espaço da União. Perante esta necessidade, é criado a 12 de Julho de 2002 o Mandado de Detenção Europeu, que se traduz numa decisão judiciária emitida por

um Estado-Membro com vista à detenção e entrega por outro Estado-Membro de uma pessoa procurada para efeitos de procedimento penal ou para cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade. Com este instrumento jurídico surgiu a necessidade da União Europeia criar e adotar novos mecanismos de cooperação judiciária internacional em matéria penal baseados no princípio do reconhecimento mútuo, resultante do Conselho Europeu de Tampere de 1999, que assenta em noções de equivalência e confiança integrados numa filosofia de construção de um espaço judiciário comum.

A implementação do Mandado de Detenção Europeu representa um enorme salto qualitativo em matéria de cooperação judicial, traduzindo-se numa justiça desburocratizada no que toca à extradição de pessoas dentro do espaço da União Europeia. Esta ferramenta originou um processo célere, simples e eficaz, permitindo a atuação em tempo real da detenção dos agentes do crime, assumindo-se como um precioso instrumento de combate à criminalidade.

Palavras-chave: Cooperação Judicial; Criminalidade; Extradição; Mandado; União Europeia.

Abstract

Subordinated to the theme ‘The Efficacy of the European Arrest Warrant in the Fight Against Crime’, the present paperwork is the result of an investigation that attempts to identify and analyze the potential and innovations gained with the implementation of the European Arrest Warrant and its police and judicial cooperation at international level in the fight against the emerging crime, consequence from the adoption of a free movement of persons policy and the construction of a common European space.

Based on the above, this paperwork’s objectives aim to determine how efficient the European Arrest Warrant is, its advantages in the fight against crime and its new updates regarding to the traditional extradition process used in the past, the identification of difficulties in the use of this juridical instrument by studying the judicial cooperation mechanisms applied in the European Union, and in order to get some recommendations to conceive improvements in the future use of it.

Due to the juridical nature of this paperwork, the investigation methodology used relies on the deductive method by documental analysis and interviews. Obeying to the methodological guide proposed by the orientation given by the Military Academy and using a systematic approach to the investigation instruments, it was possible to answer to the investigation questions and ensure the proposed objectives.

In order to answer the quick development of the increasing crime that we verify nowadays, the European Union felt the urge to replace the traditional extradition process, which was not responding to the new policies implemented by the European Union, by a more efficient process of arrest and surrender of wanted people inside the European Union territory. Under this scenario, it is created on the 12th July 2002 the European Arrest Warrant, which results in a judicial decision issued by a Member State with a view to the arrest and surrender by another Member State of a requested person, for the purpose of conducting a criminal prosecution or executing a custodial sentence or detention order.

With this juridical instrument, came the need for the European Union to create and adopt a new international judiciary cooperation mechanisms in criminal matters, based on the mutual recognition principle resulted by the European Council of Tampere in 1999, which is integrated in a philosophy of construction of a common judicial area.

The implementation of the European Arrest Warrant represents a huge step in matters of judicial cooperation, by representing a non-bureaucratic justice in terms of extradition of people in the European Union. The European Arrest Warrant created a quicker process, much more simple and effective, enabling a real time action in the arresting of criminals, assuming itself as a very important instrument in the crime fighting.

Key words: Crime; European Union; Extradition; Judicial Cooperation; Warrant.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	vi
Índice Geral	viii
Índice de Figuras	xi
Índice de Quadros	xii
Lista de Apêndices	xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas	xiv
Capítulo 1 - Apresentação do Trabalho	1
1.1 Introdução	1
1.2 Enquadramento e contextualização da investigação	2
1.3 Importância da investigação e sua Justificação da escolha	3
1.4 Definição dos objetivos	3
1.5 Perguntas de Investigação	4
1.6 Hipóteses	4
1.7 Metodologia	5
1.8 Enunciado da Estrutura do trabalho	6
Capítulo 2 - Revisão da Literatura	7
2.1 Cooperação Judicial e Policial na Comunidade Europeia	7

2.1.1 Conselho Europeu de Tampere	9
2.1.2 Rede Judiciária Europeia	10
2.1.3 Princípio do reconhecimento mútuo	10
2.1.4 Eurojust	13
2.2 Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol	13
2.3 Noção de Mandado de Detenção Europeu	14
2.3.1 Origem do MDE	14
2.3.2 Conceção do MDE	15
2.3.3 Processo de Funcionamento do Mandado de Detenção Europeu	16
Capítulo 3 - Metodologia e Procedimentos	19
3.1 Método de Abordagem	19
3.2 Procedimentos e Técnicas	19
3.3 Caraterização da Amostra	20
3.4 Meios Utilizados	21
Capítulo 4 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	22
4.1 Análise de resultados	22
4.1.1 Análise de Conteúdo à Questão nº 1	23
4.1.2 Análise de Conteúdo à Questão nº 2	25
4.1.3 Análise de Conteúdo à Questão nº 3	27
4.1.4 Análise de Conteúdo à Questão nº 4	28
4.1.5 Análise de Conteúdo à Questão nº 5	29
4.1.6 Análise de Conteúdo à Questão nº 6	30
4.1.7 Análise de Conteúdo à Questão nº 7	31
4.1.8 Análise de Conteúdo à Questão nº 8	32
4.1.9 Análise de Conteúdo à Questão nº 9	33

4.1.10	Análise de Conteúdo à Questão nº 10	34
4.1.11	Análise de Conteúdo à Questão nº 11	35
4.1.12	Análise de Conteúdo à Questão nº 12	36
4.1.13	Análise de Conteúdo à Questão nº 13	37
4.1.14	Análise de Conteúdo à Questão nº 14	38
4.1.15	Análise de Conteúdo à Questão nº 15	39
4.1.16	Análise de Conteúdo à Questão nº 16	40
4.1.17	Análise de Conteúdo à Questão nº 17	41
Capítulo 5 - Conclusões e Recomendações.....		43
5.1	Verificação de Hipóteses	43
5.2	Conclusões	44
5.3	Recomendações / Propostas	48
Bibliografia		50
APÊNDICES.....		54
Apêndice A		55
Apêndice B		61
Apêndice C		67
Apêndice D		73

Índice de Figuras

Figura 1 - Percurso Metodológico adotado	5
--	---

Índice de Quadros

Quadro 1 - Caracterização dos Entrevistados.....	20
Quadro 2 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 1	23
Quadro 3 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 2	25
Quadro 4 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 3	27
Quadro 5 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 4	28
Quadro 6 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 5	29
Quadro 7 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 6	30
Quadro 8 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 7	31
Quadro 9 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 8	32
Quadro 10 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 9.....	33
Quadro 11 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 10.....	34
Quadro 12 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 11.....	35
Quadro 13 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 12.....	36
Quadro 14 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 13.....	37
Quadro 15 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 14.....	38
Quadro 16 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 15.....	39
Quadro 17 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 16.....	40
Quadro 18 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 17.....	41

Lista de Apêndices

Apêndice A – Entrevista ao Senhor Inspetor Fernando Flores

Apêndice B – Entrevista à Senhora Doutora Joana Gomes Ferreira

Apêndice C – Entrevista ao Senhor Doutor José Eduardo Guerra

Apêndice D – Entrevista à Senhora Doutora Maria José Morgado

Lista de Abreviaturas e Siglas

AM – Academia Militar

Art.º - Artigo

DCPAI – Direção Central de Pesquisa, Análise e Investigação

DIAP – Direção de Investigação de Ação Penal

GNI – Gabinete Nacional da Interpol

GNR – Guarda Nacional Republicana

H – Hipótese

JAI – Justiça e Assuntos Internos

MDE – Mandado de Detenção Europeu

N.º - Número

PD – Pergunta derivada

PGR – Procuradoria-Geral da República

PP – Pergunta de partida

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIS – Sistema de Informação Schengen

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

UE - União Europeia

UNE – Unidade Nacional Europol

Capítulo 1

Apresentação do Trabalho

1.1 Introdução

De acordo com a estrutura curricular dos cursos da Academia Militar (AM) e em resposta ao recente processo de Bolonha, é nesta etapa final que compete aos futuros oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) elaborar um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) que constitui o culminar do Mestrado de Ciências Militares na Especialidade de Segurança, contribuindo de forma ativa no desenvolvimento profissional dos formandos.

Subordinado ao tema “A Eficácia do Mandando de Detenção Europeu no Combate à Criminalidade”, o presente trabalho tem como objetivo apurar a eficácia e as potencialidades da utilização do Mandado de Detenção Europeu (MDE) no combate à emergente criminalidade multinacional que se verifica hoje em dia.

Com a adoção de uma política de livre circulação de pessoas e abertura de fronteiras dentro da União Europeia (UE), aumenta significativamente a dificuldade de deter os agentes do crime em território nacional. Para combater este fenómeno a UE desenvolve esforços no sentido de construir uma Europa Penal Comum através da criação de entidades e mecanismos de cooperação judicial e policial.

Com a ineficácia que o tradicional sistema de extradição apresentava face a nova realidade sentida na União, houve necessidade de conceber um novo instrumento jurídico que permitisse a detenção de uma pessoa procurada fora do território nacional, e que possibilitasse uma maior eficácia da entrega de pessoas do que a que o sistema de extradição proporcionava. Surge então a 13 de Junho de 2002 a Decisão-Quadro nº 2002/584/JAI do Conselho da UE, que implementa a aplicação do MDE em todo o Espaço da UE, introduzindo alterações profundas nos mecanismos que permitem a solicitação e entrega de pessoas localizadas em território de outros Estados-Membros. No entanto só em 2004 é que este instrumento jurídico começa a ser funcional graças às Leis nacionais que aprovam o regime jurídico do MDE.

A aplicação do MDE modernizou radicalmente a cooperação judicial em matéria penal, criando um processo inteiramente judicializado para a detenção e entrega de pessoa procuradas dentro do espaço da UE, produzindo uma justiça desburocratizada, célere e mais simples, fatores que contribuíram para que o MDE seja hoje considerado um precioso instrumento de combate à criminalidade.

Com o fim de alcançar os objetivos deste trabalho toda a investigação vai ser baseada na pergunta de partida “Qual a eficácia do MDE no combate à criminalidade e no âmbito da cooperação judiciária?”, através da qual se pretende verificar quais são as grandes inovações e potencialidades que este instrumento fornece à UE para que esta possa acompanhar e prevenir a crescente criminalidade consequente da construção de um espaço comum Europeu.

1.2 Enquadramento e contextualização da investigação

O MDE é uma decisão judiciária que visa a detenção e entrega de pessoas por parte de outro Estado-Membro em determinados crimes regulados por lei, de forma a simplificar o processo de extradição e com o fim de evitar a criminalidade, especialmente nos casos de criminalidade organizada e de âmbito multinacional, dentro dos Estados-Membros da Comunidade Europeia.

Este mandado surge no âmbito da cooperação judicial através de uma Decisão-Quadro do Conselho Justiça e Assuntos Internos (JAI) na consequência do Conselho de Tampere (1999), de forma a combater as atividades criminosas resultantes da política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas.

Sendo o MDE uma decisão judiciária utilizada como um instrumento jurídico para os fins acima descritos, é executado pelos serviços e forças de segurança e produz fortes impactos no combate à criminalidade. Como tal, considero importante incidir a presente investigação sobre a eficácia deste instrumento jurídico e as potencialidades que este mandado oferece, bem como as inovações incorporadas relativamente ao tradicional processo de extradição.

1.3 Importância da Investigação e sua Justificação da Escolha

A escolha deste tema baseou-se principalmente no interesse do autor devido ao fato de o MDE ser um documento que produz resultados no combate à criminalidade relacionada com cidadãos não nacionais, realidade com que os órgãos de polícia criminal se deparam no seu serviço operacional cada vez mais frequentemente.

A criação do documento em estudo tem como principal objetivo simplificar e tornar mais célere a detenção e entrega de agentes do crime que não se encontram em território nacional, visto que o tradicional processo de extradição não se adequa à nova realidade que está a ser desenvolvida na UE.

Assim, passados oito anos da entrada em vigor deste instrumento em Portugal, a investigação incidirá sobre as potencialidades e inovações que a criação do MDE produziu, bem como se o documento está a funcionar de forma correta e adequada às necessidades para as quais foi concebido inicialmente.

É de relativa importância ampliar os conhecimentos no que toca a uma ferramenta de combate à criminalidade, de forma a criarmos um sentimento de segurança reforçado neste espaço comum da UE, que tem aberto as portas a uma criminalidade que está em constante desenvolvimento e pela qual não nos podemos deixar ultrapassar.

1.4 Definição dos objetivos

O principal objetivo da investigação a desenvolver neste trabalho é o apuramento do grau de eficácia produzido pela aplicação do MDE, sendo para isso necessário deduzir uma série de objetivos específicos que conjugados, nos levam a alcançar a resposta que procuramos. Através da elaboração de uma análise à investigação realizada, será fundamental concluir quais as potencialidades deste instrumento jurídico no combate à criminalidade, as suas inovações em relação ao tradicional sistema de extradição utilizado no passado e algumas recomendações para se entender de que forma pode ser melhorada a utilização desta ferramenta. Assim, a investigação incidirá sobre os mecanismos utilizados na cooperação judiciária praticada dentro da EU, a sua capacidade de resposta aos requisitos necessários para o funcionamento deste instrumento e consequentemente, quais os obstáculos existentes na aplicação deste mandado.

1.5 Perguntas de Investigação

Atendendo aos objetivos definidos, toda a investigação foi orientada no sentido de responder à pergunta de partida (PP): “Qual a eficácia do MDE no combate à criminalidade e no âmbito da cooperação judiciária?”.

Para obter uma solução para a PP, entendeu-se que existe a necessidade de dar resposta a um conjunto de perguntas derivadas (PD):

PD1: No âmbito da cooperação Judiciária, o MDE manifesta vantagens significativas em relação ao tradicional Processo de Extradicação?

PD2: O Princípio do Reconhecimento Mútuo vem fragilizar a soberania Nacional?

PD3: Quais as potencialidades deste instrumento jurídico no combate à criminalidade?

PD4: A Legislação aplicável ao MDE e os mecanismos de Cooperação Judiciária são ajustados ao correto funcionamento deste instrumento jurídico?

1.6 Hipóteses

Face às perguntas de investigação, foram levantadas algumas hipóteses (H) sobre as quais será feita uma verificação na fase final deste trabalho.

H1: O MDE manifesta vantagens significativas em relação ao Processo de extradicação.

H2: O MDE tornou mais célere o processo da entrega de pessoas procuradas.

H3: Existe fragilização da Soberania Nacional com a implementação do MDE.

H4: O Princípio do Reconhecimento Mútuo está consagrado na legislação portuguesa.

H5: Um Estado-Membro da União pode recusar a execução de um MDE.

H6: Um MDE é executado mesmo que possua informação insuficiente.

H7: Os prazos de entrega de uma pessoa procurada impostos pelo MDE são exequíveis.

H8: O MDE permite uma rápida atuação na detenção dos agentes do crime.

H9: Está legalmente previsto o recurso a bases de dados para registo do MDE.

1.7 Metodologia

Este trabalho obedece ao percurso metodológico proposto pelas orientações dadas pela Academia Militar (Anexo F da NEP nº520/DE/30JUN11), conforme se apresenta na Figura 1.1, auxiliando-me nas situações não aplicáveis das “Normas de Redação de Trabalhos Escritos” (Sarmiento 2008) e “Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha” (Sousa & Baptista 2011)

Este trabalho foi redigido segundo as regras do novo acordo ortográfico.

Sendo que o trabalho a que me proponho realizar tem uma natureza essencialmente jurídica, a metodologia de investigação a utilizar recorrerá essencialmente ao método dedutivo através de uma análise da bibliografia pesquisada, numa primeira fase, e posteriormente através da análise de entrevistas semiestruturadas de resposta aberta em que o critério de escolha dos entrevistados responde à sua experiência de trabalho dentro da área a investigar. Através de uma abordagem sistemática destes instrumentos de investigação, irei procurar responder às perguntas derivadas já elencadas que dedutivamente relacionadas através de tratamento e análise de dados, resultaram numa resposta à pergunta de partida e consequentemente, permitirão alcançar o objetivo principal deste trabalho.

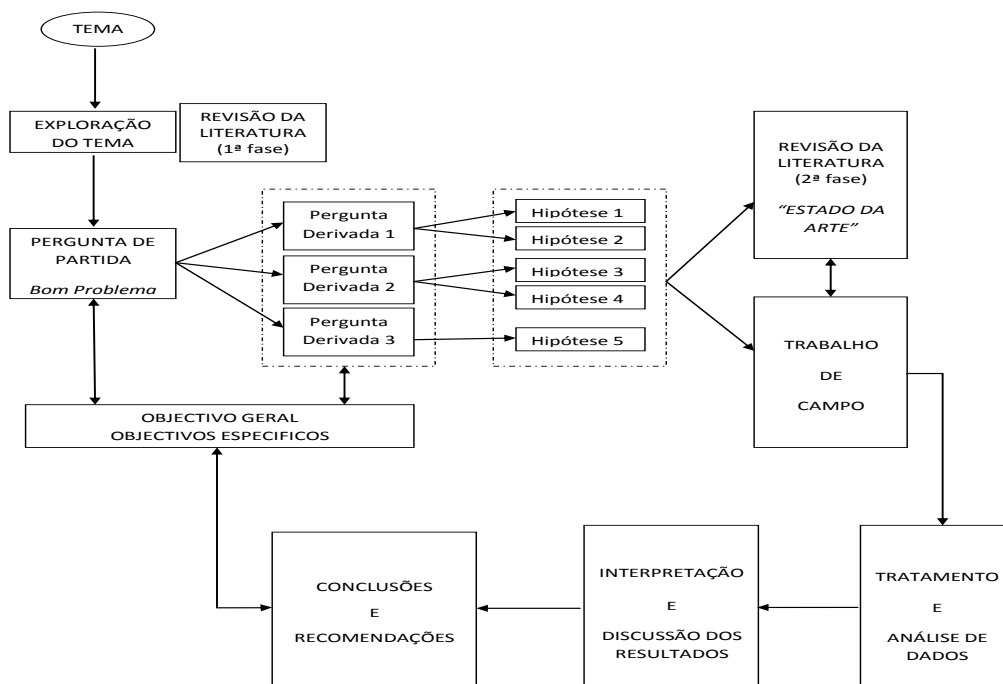


Figura 1 - Percurso Metodológico adotado

Fonte - Anexo F da NEP nº520/DE/30JUN11

1.8 Enunciado da Estrutura do trabalho

O Trabalho de Investigação Aplicada que se segue encontra-se estruturado em cinco capítulos: o primeiro corresponde ao presente capítulo destinado à introdução e apresentação do trabalho, em que é descrito o enquadramento, contextualização e importância da investigação, definidos os objetivos a alcançar e delineadas as linhas orientadoras de investigação; no segundo capítulo consta a revisão da literatura no que concerne ao estudo a realizar, resultante da análise documental relacionada com o tema em estudo; o terceiro capítulo é referente à metodologia e procedimentos a utilizar no trabalho de campo, tendo como função enunciar a abordagem ao problema bem como as técnicas, procedimentos e meios a utilizar na recolha, análise e processamento de dados; a apresentação, análise e discussão dos resultados encontra-se presente no quarto capítulo, onde são analisados e comparados todos os dados recolhidos; por fim encontra-se o quinto capítulo onde se apresentam a verificação de hipóteses e seguidamente as conclusões e recomendações resultantes de toda a investigação efetuada.

Capítulo 2

Revisão da Literatura

O presente capítulo culmina de uma análise documental relacionada com o tema em estudo. Para melhor perceber no que consiste o MDE, bem como o seu enquadramento e modo de funcionamento, será de todo importante iniciar com uma contextualização da cooperação internacional exercida neste momento dentro da UE, espaço onde se pratica a utilização do MDE. Proceder-se-á também à síntese histórica da origem deste mandado bem como à referência do sistema de extradição, praticado no passado. Posteriormente numa abordagem concetual irá ser definido o conceito de MDE e relacionando o seu enquadramento legal. Para finalizar este capítulo, contempla-se o funcionamento do mandado, os seus procedimentos e o conjunto de instrumentos que possibilitam a emissão e execução deste documento.

2.1 Cooperação Judicial e Policial na Comunidade Europeia

Em resposta à concretização de uma das principais promessas da construção europeia, o advento de um espaço de liberdade segurança e justiça ¹, é de todo necessária a “*construção de uma Europa Judiciária*” (Bucho, 2007).

Para a construção desta “*Europa Judiciária*” era imprescindível a criação de instrumentos de cooperação internacional, sendo essencial edificar os objetivos consagrados no Título VI do Tratado de Maastricht (1992) ². Estes objetivos conduziam aquele que era o terceiro pilar da estrutura institucional da UE, dedicado à cooperação judicial e policial em matéria penal que integravam o domínio da Justiça e dos Assuntos Internos (JAI) no Conselho da UE, conferindo uma nova dimensão à construção europeia.

O Conselho JAI tem como função debater questões de desenvolvimento e de execução das ações de cooperação, assim como as políticas comuns deste domínio. Exerce

¹ Consagrado no Art.º 3º do Tratado de Lisboa.

² Disposições relativas à cooperação policial e judiciária em matéria penal.

assim uma função de legislador da UE, adotando diretivas e regulamentos no campo da justiça e dos assuntos internos.

Com o Tratado de Maastricht, no âmbito da cooperação policial entre os Estados-Membros nas matérias do combate ao terrorismo, tráfico de droga, e crime organizado internacional, surge uma referência explícita à criação de um Serviço Europeu de Polícia (Europol). Contudo, a Europol só iniciou as suas atividades a 1 de Julho de 1999. A esta instituição compete o tratamento e intercâmbio de informação criminal, tendo por missão contribuir significativamente para a aplicação das leis da UE no combate à criminalidade organizada. O seu objetivo principal consiste em melhorar a eficácia e a cooperação entre os Estados-Membros da União. Este serviço é criado à semelhança da Interpol, a qual definiremos durante este trabalho visto que também tem um papel ativo na transmissão do MDE.

O Acordo de Schengen de 19 de Junho de 1990 veio também fomentar a cooperação policial e judicial³ resultante da livre circulação de pessoas, criando e possibilitando o acesso ao Sistema de Informação Schengen (SIS)⁴, que permite às autoridades responsáveis dos diferentes Estados o intercâmbio de dados relativamente a certas categorias de pessoas e bens, onde se integra as pessoas procuradas para efeitos de procedimento penal, cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade, facilitando e agilizando o sistema de extradição e no caso específico a transmissão de MDE. Este sistema é fundamental para a aplicação do MDE como veremos à posteriori neste trabalho. Para satisfazer as exigências de funcionamento do SIS, foi necessário implementar o Gabinete Nacional SIRENE criado através do Decreto-Lei n.º 292/94 de 16 de Novembro e consagrado no Art.º 108º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 19 de Junho de 1990. Os Gabinetes Nacionais SIRENE são pontos de contato permanente existentes em cada um dos Estados membros através dos quais serão transmitidas todas as informações necessárias ao eficaz funcionamento do SIS.

Em Maio de 1999, o Tratado de Amesterdão integra o Acordo de Schengen no quadro institucional da UE. Este tratado tinha como principal objetivo o desenvolvimento da União enquanto espaço de liberdade, de segurança e de justiça, em que fosse assegurada a livre circulação de pessoas em conjugação com medidas adequadas em matéria de

³ Consagrado no Título III da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 19 de Junho de 1990.

⁴ Consagrado no Título IV da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 19 de Junho de 1990.

controle de fronteira externa, bem como de prevenção e combate à criminalidade, instaurando a possibilidade de adotar medidas relativas à cooperação judiciária.

Contudo, o Tratado de Lisboa veio suprimir a estrutura composta pelos três pilares. Desde 2009 que o Conselho da UE delibera em codecisão com o Parlamento Europeu através de um processo legislativo ordinário. Este processo confere o mesmo peso de decisão ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, onde se integra o Conselho JAI, num vasto leque de domínios, não existindo mais a separação criada pelos três pilares que existiam no passado. Assim a grande maioria das leis europeias são adotadas conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

2.1.1 Conselho Europeu de Tampere

Em Outubro de 1999 dá-se um marco assinalável no programa de política criminal europeia, o Conselho Europeu de Tampere. Segundo Costa (2004, p. 231) a *“representação política ao mais alto nível conferiu visibilidade à preocupação dos governantes sobre a justiça, designadamente a criminal, e expressou a vontade de responder aos desafios da criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”*.

Das diversas conclusões deste conselho destaca-se a eleição do princípio do reconhecimento mútuo como pedra angular da cooperação judiciária entre os Estados-Membros, a adoção de medidas de natureza legislativa e estrutural no combate à grave criminalidade, a criação da Eurojust como órgão de reforço da cooperação judiciária, com funções de facilitação da coordenação de investigações criminais, a possibilidade de estabelecer procedimentos de extradição acelerados e de abolir o procedimento formal de extradição, e o reforço da ação da Rede Judiciária Europeia. Este conselho representou um *“impulso dinamizador e uma mais-valia no âmbito da criminalidade, seja pelos contributos específicos para a criação de um Espaço de Segurança, Liberdade e Justiça, seja porque colocou a Área Justiça e Assuntos Internos na agenda da União”* (Costa, 2004 p. 232).

2.1.2 Rede Judiciária Europeia

A Rede Judiciária Europeia foi criada pela Ação Comum nº 98/428/JAI do Conselho, de 29 de Junho. É constituída pelas autoridades judiciárias de cada Estado-Membro responsáveis pela cooperação judiciária internacional e tem como principais funções facilitar os contatos entre as diferentes autoridades judiciárias, manter uma permanente e atualizada troca de informações, realizar reuniões para discussão de situações de carácter prático e realizar outras formas de troca de informações essenciais para um melhor desenvolvimento da cooperação judiciária europeia.

Como se irá verificar à posteriori, esta Rede tem um papel fundamental no funcionamento do MDE, permitindo o contato direto entre as autoridades judiciárias interessadas, tornando o processo muito mais célere relativamente ao tradicional processo de extradição.

2.1.3 Princípio do reconhecimento mútuo

É de todo importante perceber em que consiste o princípio do reconhecimento mútuo, resultante do Conselho de Tampere, porque este princípio “*significou uma profunda alteração do paradigma da cooperação clássica baseada no sistema de extradição*” (Ferreira, 2006, p. 1) e abriu portas para a criação do MDE, reconhecido como o “*primeiro instrumento baseado no reconhecimento mútuo de decisões em matéria penal*”.

Não existindo um direito penal europeu propriamente dito, os tribunais nacionais aplicam os respetivos códigos penais dos Estados-Membros em função dos fatos, baseando as suas decisões na sua fonte jurídica. A falta de confiança entre Estados e a aplicação de uma decisão final em matéria penal num Estado que não aquele que tomou a decisão, resultava em obstáculos administrativos e lentidão processual. Assim, o Conselho estuda a possibilidade de aplicar o princípio do reconhecimento mútuo a decisões finais em matéria penal.

A cooperação judiciária tradicional e o antigo sistema de extradição consagrados na Lei nº 144/99 de 31 de Agosto, que aprova a Lei de Cooperação Judiciária Internacional

em matéria Penal⁵, baseava-se no “princípio do pedido”: um Estado soberano apresentava um pedido a outro Estado soberano, o qual decidia se deveria ou não aceder a esse pedido. Este sistema tradicional, forma de funcionamento do sistema de extradição, tem inconvenientes por ser um processo lento e complexo.

Apesar de várias convenções adotadas⁶ ao nível do Conselho da UE e no âmbito do Acordo de Schengen⁷ que preveem a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo a certas decisões penais, estes instrumentos não entraram em vigor em todos os Estados-Membros e o seu conteúdo não é suficiente para estabelecer um regime de reconhecimento mútuo completo.

Assim, em resposta aos obstáculos causados pelo sistema de cooperação tradicional, o Conselho adotou um programa de medidas fundadas no princípio do reconhecimento mútuo, em que *“desde que uma decisão é tomada por uma autoridade judiciária competente, em virtude do direito do Estado Membro de onde ela procede, em conformidade com o direito desse Estado, essa decisão deve ter um efeito pleno e direto sobre um conjunto de território da União. Isto significa que as autoridades competentes do Estado-membro no território do qual a decisão pode ser executada devem prestar a sua colaboração à execução dessa decisão como se tratasse de uma decisão tomada por autoridade competente desse Estado”* (Rodrigues, 2003, p.32). Este princípio assenta portanto em noções de equivalência, de confiança e numa filosofia de integração num espaço judiciário comum.

Por fim, importa fazer uma breve referência a um conjunto de textos legais que densificam e corporizam o princípio do reconhecimento mútuo:

- Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de Outubro, relativa à aplicação, entre Estados-Membros da EU, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva;
- Decisão-Quadro n.º 2005/214/JAI do Conselho, de 24 de Fevereiro, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias, com redação que lhe foi dada pela Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro, e transposição para ordem jurídica interna através da Lei n.º 93/2009,

⁵ Este diploma foi alterado pela Lei n.º 104/2001, de 25 de Agosto, e pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto.

⁶ Nomeadamente a Convenção Europeia de Extradição, Convenção de Extradição de Dublin, Convenção relativa ao Processo Simplificado de Extradição.

⁷ Consagrado no Título III, Capítulo IV da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 19 de Junho de 1990.

de 1 de Setembro, que aprova o regime da emissão e execução de decisões de aplicação de sanções pecuniárias;

- Decisão-Quadro n.º 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda, com redação que lhe foi dada pela Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro, e transposição para ordem jurídica interna através da Lei n.º 88/2009, de 31 de Agosto, que aprova o regime da emissão e execução de decisões de perda de instrumentos, produtos e vantagens do crime;
- Decisão-Quadro n.º 2006/960/JAI do Conselho, de 18 de Dezembro, relativa à simplificação do intercâmbio de dados e informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros da União Europeia, e transposição para ordem jurídica interna através da Lei n.º 74/2009, de 12 de Agosto, que aprova o regime aplicável ao intercâmbio de dados e informações de natureza criminal entre as autoridades dos Estados-Membros da EU.
- Decisão-Quadro n.º 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de Julho, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas, e transposição para ordem jurídica interna através da Lei n.º 25/2009, de 5 de Junho, que aprova o regime jurídico da emissão e da execução de decisões de apreensão de bens ou elementos de prova na União Europeia
- Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro, que altera as Decisões-Quadro n.ºs 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido.
- Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 7 de Abril, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros;
- Decisão-Quadro n.º 2005/876/JAI do Conselho, de 21 de Novembro, relativa ao intercâmbio de informações extraídas do registo criminal;
- Decisão-Quadro n.º 2005/314/JAI do Conselho, de 24 de Fevereiro, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias.

2.1.4 Eurojust

Outra das medidas adotadas que importa destacar, é a criação da Eurojust. A Eurojust, instituída pela Decisão-Quadro nº 2002/187/JAI do Conselho, alterada pela Decisão-Quadro nº 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008, tem a missão de reforçar a eficácia das autoridades nacionais responsáveis pela investigação e pelo exercício da ação penal na luta contra as formas graves de criminalidade transfronteiriça e a criminalidade organizada, bem como submeter os criminosos a julgamento de forma célere e eficaz. O principal objetivo que a Eurojust se propõe alcançar é o de ser o centro de peritos a nível judiciário com vista a uma ação efetiva contra a criminalidade organizada transnacional na UE.

Constituída por magistrados ou investigadores com larga experiência nomeados pelos 27 Estados-Membros, a Eurojust trata de aproximadamente 1400 casos⁸ por ano, originados por problemas práticos suscitados pelos diferentes sistemas jurídicos dos Estados-Membros, e realiza cerca de 140 reuniões⁹ de coordenação onde são discutidas questões relacionadas com planos de ações operacionais como detenções ou buscas simultâneas. A Eurojust responde também a pedidos de auxílio apresentados pelas autoridades nacionais competentes dos Estados-Membros, podendo solicitar que investiguem ou exerçam ação penal relativamente a fatos específicos.

Vistas as funções genéricas desta organização, é de salientar que a Eurojust facilita a execução de instrumentos judiciários internacionais tais como o MDE.

2.2 Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol

É de todo necessária uma referência desta organização neste trabalho, porque apesar de não trabalhar apenas no espaço de aplicação do MDE tem, como veremos, um papel contributivo na transmissão do mandado em casos específicos.

A Interpol é uma organização mundial de cooperação policial que conta atualmente com a participação de 181 países membros. A esta organização é reconhecida a natureza jurídica de organização intragovernamental.

⁸ Fonte: <http://eurojust.europa.eu/>

⁹ Fonte: <http://eurojust.europa.eu/>

Tem como principais objetivos “*assegurar e desenvolver a assistência recíproca entre todas as autoridades de polícia criminal no quadro da legislação existente nos diferentes países e no espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem*” bem como “*estabelecer e desenvolver todas as instituições capazes de contribuir eficazmente para a prevenção e repressão das infrações do direito comum*” (Art.º 3º do Estatuto – Interpol Constitution and General Regulations).

A principal função desta organização passa pela agilização da cooperação policial, desenvolvendo a liberdade de estabelecimento de relações entre estados membros através de Gabinetes Nacionais. Estes Gabinetes têm como missão fazer todos os esforços compatíveis com a legislação do seu país para participar com diligências nas atividades da Interpol, assegurando as ligações com outros Gabinetes Nacionais, com o Gabinete Central, e com as autoridades nacionais. Para além disso os Gabinetes Nacionais apoiam os restantes Estados-Membros através de bases de dados, concretamente o Sistema de Informação Criminal da Interpol, de mensagens normalizadas e formulários de forma a facilitar a qualidade da comunicação entre os diferentes estados, e pedidos de informações relativamente a pessoas ou objetos procurados.

2.3 Noção de Mandado de Detenção Europeu

Feito um enquadramento da cooperação judiciária e policial na realidade da Comunidade Europeia, essencial para a contextualização do Mandado de Detenção Europeu, vamos agora proceder à compreensão deste instrumento desde a sua origem à sua execução.

2.3.1 Origem do MDE

No seguimento das decisões adotadas no Conselho de Tampere, era necessária a concretização de um espaço penal comum, de forma a facilitar a extradição entre os Estados-Membros da União. Este era um dos objetivos essenciais para a eficácia da cooperação judiciária.

Como tal, o Conselho adota a Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI, de 13 de Junho de 2002 relativa ao MDE e aos processos de entrega entre Estados-Membros. Assim esta

Decisão-Quadro vem introduzir profundas alterações relativamente ao sistema de extradição tradicional.

Em cumprimento do Art.º 34º da referida Decisão-Quadro, Portugal aprovou o regime jurídico do MDE através da Lei n.º 65/2003 de 23 de Agosto, que faz com que este regime jurídico vigore em Portugal a partir de 1 de Janeiro de 2004 ¹⁰, aplicando-se aos pedidos formulados após esta data, independentemente da data da prática dos fatos.

2.3.2 Concessão do MDE

A noção de MDE encontra-se inicialmente na Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI, do Conselho, que define, no seu Art.º 1º como “*uma decisão judiciária emitida por um Estado-Membro com vista à detenção e entrega por outro Estado-Membro duma pessoa procurada para efeitos de procedimentos penal ou de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade*”, e posteriormente no nosso ordenamento jurídico através da Lei n.º 65/2003 de 23 de Agosto, que aprova o regime jurídico do MDE.

De modo simplificado, o MDE “*é uma extradição dentro do espaço da União*” (Guedes Valente, 2006, p. 141) que simplifica e torna mais célere o processo de detenção e entrega, bem como a cooperação entre as autoridades judiciárias de emissão e de execução do mandado.

Assim, o MDE facilita e acelera a cooperação judicial no que toca à localização e detenção de uma pessoa procurada, fomentando uma cooperação adequada aos tempos contemporâneos em que a criminalidade cada vez mais atua num âmbito multinacional.

O MDE é fundado com base no princípio do reconhecimento mútuo de decisões em matéria penal, e procura a abolição do princípio *non bis in idem* ¹¹idem ou princípio da dupla incriminação, que prevê que um país não necessita de extraditar pessoas que cometeram atos que já foram condenados em seu território.

A detenção resultante do MDE trata-se de uma detenção fora de flagrante delito e pode ocorrer em qualquer um dos Estados-Membros. Na situação em que o Estado-

¹⁰ Consagrado no Art.º 40 da Lei n.º 65/2003 de 23 de Agosto.

¹¹ Consagrado no n.º 5 do Art.º 29º da Constituição da República Portuguesa.

Membro de emissão já sabe onde se encontra a pessoa procurada, transmite o mandado diretamente à autoridade judiciária de execução.¹²

O MDE institui a entrega de nacionais como princípio e regra geral, à semelhança do tradicional processo de extradição. No entanto reduz significativamente os motivos de recusa de cooperação, sendo que as poucas exceções que existem são limitadas no tempo ou nos respetivos pressupostos de aplicação.

O MDE possui um documento próprio¹³ onde devem ser preenchidos os requisitos expressos no Art.º 8 da Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI. Com a abolição do princípio da *non bis in idem* e adoção do princípio do reconhecimento mútuo, o MDE gera uma detenção, ou seja, uma privação da liberdade da pessoa procurada por suspeita de prática de crime, por ser arguida em processo criminal, ou por já ter sido condenada por um tribunal do Estado-Membro de emissão. Contudo, este mandado só pode ser utilizado quando a pena ou medida privativa de liberdade tiver duração máxima não inferior a 12 meses, ou no caso de pena aplicada transitada em julgado por sanções de duração não inferior a quatro meses¹⁴.

Esta detenção gerada pelo MDE trata-se de uma privação de liberdade meramente cautelar, precária, temporária ou provisória visto que a sua finalidade é a de entrega à autoridade judiciária de emissão no mais curto espaço de tempo possível. Segundo Guedes Valente (2006), podemos então dizer que a detenção por meio de um MDE tem como finalidade a entrega da pessoa objeto do mandado.

O MDE vem revogar o tradicional processo de extradição, que fracassou face ao novo espectro criminal emergente no qual se desenvolve uma atividade criminal transnacional, e vem substituí-lo por um mecanismo mais simples e célere de entrega de pessoas procuradas para fim de procedimento penal ou para execução de penas.

2.3.3 Processo de Funcionamento do Mandado de Detenção Europeu

É de todo necessário dedicarmo-nos a perceber de que forma funciona o MDE, e para isso vamos estabelecer quatro fases distintas: a emissão, a transmissão, a execução e, por fim, a entrega da pessoa procurada.

¹² Consagrado no Art.º 9 da Decisão-Quadro n.º 2002/258/JAI.

¹³ Anexo à Decisão-Quadro n.º 2002/258/JAI.

¹⁴ Consagrado no Art.º 2 da Decisão-Quadro n.º 2002/258/JAI.

Inicialmente existe a emissão de um MDE por parte de um dos Estados-Membros sobre uma pessoa procurada pelos fatos que se apliquem no Art.º 2 da Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI de 13 de Junho de 2002. Este mandado deve obedecer ao conteúdo e forma de acordo com o Art.º 8 da Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI de 13 de Junho de 2002, onde estão indicadas quais as informações que devem constar no mandado para que este seja válido.

A emissão deve atender ao princípio da territorialidade, consagrado no Art.º 4º do Código Penal. Este princípio está relacionado com os limites territoriais, em que o Estado pune os crimes cometidos segundo o seu próprio direito, praticados meramente no seu território.

Feita a emissão do MDE, procede-se à transmissão do mesmo. Nas situações em que a autoridade judiciária de emissão tem conhecimento do paradeiro da pessoa procurada, pode transmitir o mandado diretamente à autoridade judiciária de execução. Em qualquer uma das situações o Estado-Membro de emissão deve inserir a indicação da pessoa procurada no SIS e informar o Gabinete Nacional da Interpol (GNI). A transmissão do MDE pode proceder-se através dos pontos de contato da Rede Judiciária Europeia, ou seja, entre as autoridades judiciárias de emissão e de execução diretamente, através do SIS ou caso não seja possível recorrer a este sistema, deve recorrer-se aos serviços da Interpol. Na situação em que uma das autoridades judiciárias interessadas constitui a Inglaterra, a Irlanda, a Bulgária ou a Roménia, a transmissão do mandado tem que ser efetuada através da Rede Judiciária Europeia ou dos serviços da Interpol, visto que estes países não adotaram o SIS.

Transmitido o mandado vai agora ser analisada a fase da execução. A pessoa procurada, quando detida pelo Estado-Membro de execução tem direito a beneficiar de um defensor e de um intérprete se necessário. Ao ser detida irá ser ouvida em audiência consoante o direito nacional do Estado-Membro. Depois de ouvida, a autoridade judiciária aplica a medida de coação que entender necessária consoante o direito penal nacional do Estado-Membro de execução.

Depois da audiência da pessoa procurada e da análise das informações que constam do MDE, a autoridade judiciária tem dez dias para decidir se executa o mandado, no caso de a pessoa procurada consentir a entrega, e sessenta dias nos restantes casos, visto que a pessoa procurada tem direito a renunciar-se e a ser assistido de um defensor. A autoridade judiciária de execução pode ainda requerer à autoridade judiciária de emissão mais trinta dias para decisão em casos excecionais. Qualquer recusa de um MDE tem que ser

fundamentada com um ou mais motivos de não execução expressos na lei. Uma vez tomada a decisão, é imediatamente informada a autoridade judiciária de emissão sobre qual o seguimento dado ao mandado.

A última etapa constitui a entrega da pessoa procurada. Tendo a autoridade judiciária de execução decidido a entrega da pessoa procurada, esta deve ser realizada o mais rapidamente possível, num prazo máximo de dez dias a contar da execução. Esta entrega deve ser coordenada diretamente entre as autoridades judiciárias interessadas.

Contudo um Estado-Membro pode fundamentar a recusa de execução através dos motivos de não execução obrigatória do MDE ¹⁵. Para além desses motivos de recusa de entrega da pessoa procurada, a Alemanha, o Chipre a Áustria e a Polónia consideram que, independentemente da natureza do mandado, recusam-se a extraditar qualquer nacional visto que tal medida iria contra as suas leis constitucionais. Na situação em que a pessoa procurada beneficia de um privilégio ou imunidade, os prazos para a decisão de entrega da pessoa estendem-se. Quando esse privilégio ou imunidade seja atribuído por um Estado ou Organização Internacional, que não o Estado-Membro de execução, a autoridade judicial de emissão deve apresentar o pedido à entidade que concedeu o benefício para que este possa decidir sobre a entrega ou não da pessoa procurada.

¹⁵ Consagrado no Ar.^{os} 3º e 4º da Decisão-Quadro n.º 2002/258/JAI.

Capítulo 3

Metodologia e Procedimentos

3.1 Método de Abordagem

A fim de alcançar os objetivos proposto no presente trabalho, que tem uma natureza essencialmente jurídica, foi consignada a utilização de uma metodologia de investigação científica centrada no método dedutivo, com uma análise qualitativa através de estudos de investigação do tipo exploratório, explanatórios e descritivos (Sousa e Baptista, 2001, pp. 56 e 57), que se consubstanciam na análise documental e na realização de entrevistas.

Assim, após a revisão da literatura sobre o tema, procede-se à recolha de dados e informações necessárias para consolidar os conhecimentos, através de entrevistas realizadas a informantes privilegiados nesta matéria.

3.2 Procedimentos e Técnicas

Este trabalho centra-se numa investigação qualitativa, e como tal recorremos a duas técnicas de recolha de informação: a entrevista e a análise documental.

No que concerne às entrevistas, foram realizadas 4 entrevistas semiestruturadas do tipo intensivo, ou seja a entrevista centra-se num indivíduo e realiza-se sem limite de tempo e com ampla liberdade, o que permite que o entrevistado exponha os seus pontos de vista (Sousa e Baptista, 2001). Enquadrado na entrevista semiestruturada, procedeu-se à elaboração de um guião de entrevista, tendo o mesmo sido elaborado com base nas questões derivadas do problema central. As entrevistas foram realizadas entre o dia 2 e 16 de Julho 2012. Cada entrevistado recebeu um guião de entrevista com a respetiva carta de apresentação e as questões que lhe iriam ser colocadas. Posteriormente as entrevistas foram transcritas e debatidas no que respeita à obtenção dos resultados.

A análise documental foi realizada como complemento aos dados obtidos através das entrevistas, através da descoberta de novos aspetos sobre o tema.

3.3 Caracterização da Amostra

Como podemos verificar através do quadro seguinte, os entrevistados foram escolhidos pela sua profissão e respetiva atuação no que toca ao Mandado de Detenção Europeu.

Quadro 1 - Caracterização dos Entrevistados

Nº da Entrevista	Entrevistado	Função	Local onde exerce presentemente
1	Fernando Flores	Inspetor-adjunto Principal do SEF ¹⁶ /DCPAI ¹⁷ Oficial de Ligação UNE ¹⁸ e GNI	SEF/ DCPAI, Lisboa
2	Joana Gomes Ferreira	Diretora do GDDC ¹⁹ e Coordenadora DCJ ²⁰ da PGR ²¹	PGR, Lisboa
3	José Eduardo Oliveira Guerra	Adjunto do Membro Nacional de Portugal Destacado na Eurojust	Sede da Eurojust, Maanweg, Holanda
4	Maria José Morgado	Diretora do DIAP ²² de Lisboa	DIAP, Lisboa

Assim a amostra a estudar é constituída por entidades com uma forte idoneidade e experiência na matéria, devido ao seu trabalho diário com a mesma.

¹⁶ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

¹⁷ Direção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação.

¹⁸ Unidade Nacional Europol.

¹⁹ Gabinete de Direito Comparado.

²⁰ Divisão de Cooperação Judiciária.

²¹ Procuradoria-Geral da República.

²² Direção de Investigação de Ação Penal.

3.4 Meios Utilizados

As entrevistas foram integralmente gravadas no iPad 2 através da aplicação Interview Assistant. A análise do conteúdo das entrevistas foi realizada com o auxílio do programa de análise de conteúdo assistido MaxQDA 10.

Capítulo 4

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Análise de resultados

Este capítulo constitui a apresentação e análise dos resultados obtidos nas respostas dadas pelos entrevistados. Para tratamento destes resultados, foram extraídas transcrições das respostas dos entrevistados e reunidas em quadros síntese. Este método permite-nos realizar um cruzamento das referidas respostas e fazer uma análise e discussão do seu conteúdo. Este cruzamento de informação foi facilitado pelo programa informático MaxQDA 10. As respostas obtidas foram sujeitas a um tratamento que visou retirar o excesso de informação das entrevistas, em prol da objetividade e da simplicidade dos dados pretendidos.

4.1.1 Análise de Conteúdo à Questão nº 1

Questão n.º 1: Quais as vantagens mais significativas do Mandado de Detenção Europeu (MDE) em relação ao tradicional processo de extradição?

Quadro 2 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 1

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“...a vantagem mais significativa é o fato de todo o processo se tratar ao nível judicial (...) o processo seja mais célere relativamente ao processo de extradição e muito mais simples.”
2	“Como vantagens mais significativas assinalaria (...) consagração do princípio da entrega de nacionais, (...) redução significativa das causas de recusa (...) na introdução de um mecanismo de garantias; (...) adoção de um formulário (...)e introdução de prazos...”
3	“...um mandado emitido por uma autoridade judiciária de Estado-Membro da União Europeia que produz efeitos em todo o território da União e tem força executiva imediata. (...) o MDE é reconhecido e vinculativo às autoridades dos Estados-membros da União (...) as autoridades judiciais de execução não podem nunca fazer uma triagem material do mandado. (...) O fato de a recusa de um mandado se poder efetuar apenas por motivos formais, e não por motivos materiais é uma grande revolução”
4	“...deixou de ser necessário ter um intermediário nas comunicações de assistência mútua em matéria penal, as autoridades judiciárias comunicam diretamente entre si (...) redução da burocracia e do formalismo (...) surge outra enorme vantagem que é a celeridade (...) outra grande vantagem a destacar é a eficácia no combate à criminalidade mais grave. Melhor não seria possível e foi um salto qualitativo enorme (...) Evoluímos na celeridade, contato direto, comunicação em tempo real, entrega imediata, melhor justiça, quando existem irregularidades ou necessidades de esclarecimento consegue-se colmatar num espaço de 24 horas. O MDE tem um formalismo muito simples e muito eficaz...”

Análise da questão n.º 1: A aplicação do MDE veio trazer uma maior celeridade na entrega da pessoa procurada em relação ao tradicional processo de extradição, devido à desburocratização de todo o processo através da implementação de um formalismo mais

simplificado com a introdução de um formulário e prazos de entrega comuns e com a realização de contatos diretos por fax ou correio eletrónico das autoridades judiciárias interessadas, sem necessidade de recorrer a uma autoridade central. Ao contrário do pedido de extradição o MDE tem força executiva imediata em todo o espaço da União Europeia, o que consequentemente vem reduzir os motivos de recusa, visto que estes só podem ser fundamentados por motivos formais e nunca materiais, não colocando em causa a decisão da autoridade judiciária de emissão.

4.1.2 Análise de Conteúdo à Questão nº 2

Questão n.º 2: Encontra alguma desvantagem ou ponto fraco na aplicação do MDE?

Quadro 3 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 2

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“... a única desvantagem a apontar a este sistema, em termos práticos (...) é que a INTERPOL e o Gabinete SIRENE acabam por ser excluídos do processo quando o arguido é entregue à autoridade judiciária, pois não têm conhecimento de que o processo já está a decorrer junto da autoridade judiciária.”
2	“...são conhecidos os casos em que à detenção e entrega (...) se segue a presença do arguido no Estado que o reclamou para submissão a um ato de investigação ou de mero andamento processual (...) e a sua imediata colocação em liberdade, o que revela uma intensa desproporcionalidade entre a restrição da liberdade a que foi submetido e o fim que (...), se pretendeu alcançar. Por outro lado o mecanismo tem revelado a desarticulação de procedimentos de cooperação resultante (...) da não vinculação dos Estados a instrumentos de cooperação internacional pré-existent...”
3	“A única situação que se poderia enquadrar aqui é a questão da proporcionalidade que pode dizer-se que é um ponto fraco mas inevitável. Se fosse dada a liberdade a uma autoridade judiciária de decidir sobre a execução de um mandado baseado no princípio da proporcionalidade, permitia que a autoridade de execução reavaliasse os pressupostos da emissão e então deixava de existir o princípio do reconhecimento mútuo, e voltaríamos ao sistema de extradição mitigado.”
4	“Os pontos fracos só surgem por falta de profissionalismo das pessoas, se existirem Magistrados que não compreendam como é que se utiliza o MDE ou se usarem mal. (...) deve ser aplicado um princípio de proporcionalidade e de adequabilidade. (...) se for emitido um MDE sobre um arguido que tem uma pena de 5 meses de prisão para cumprir por causa de um crime de difamação, os custos que vamos ter com a entrega da pessoa não justificam os ganhos que conseguimos em matéria de justiça.”

Análise da questão n.º 2: A análise desta questão mostra quais os pontos fracos da aplicação do MDE. De uma forma geral todos os entrevistados referiram que relativamente ao tradicional processo de extradição, não existe qualquer desvantagem, e que os pontos fracos que possui são pontuais. Uma das questões relaciona-se com aquilo que na Europa Ocidental chamamos de “bagatelas” penais: os países da Europa central emitem mandados derivados de crimes que não justificam os custos que vão surgir com a extradição da pessoa procurada, no entanto, como o MDE tem um poder vinculativo, a autoridade judicial de execução é obrigada a cumprir o mandado se este estiver formalmente correto. Esta situação surge devido à má utilização do MDE por parte dos magistrados que o emitem, pois, por vezes não fazem a avaliação da proporcionalidade entre o crime efetuado pela pessoa procurada e os custos resultantes da entrega dessa pessoa. Outra situação surge quando Estados-membros que não adotaram outros instrumentos de cooperação internacional anterior à implementação do MDE. Este problema faz com que o processo de funcionamento do MDE seja diferente consoante as autoridades judiciais dos diferentes Estados com as quais se trabalha. Por fim, em termos mais práticos e relacionados com uma área mais policial, observa-se a necessidade de acertar algumas lacunas funcionais entre autoridades judiciais e os gabinetes que trabalham com esta matéria, no que toca ao término do processo.

4.1.3 Análise de Conteúdo à Questão n.º 3

Questão n.º 3: Considera que a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo vem fragilizar a soberania nacional e concomitantemente a separação de poderes em Portugal?

Quadro 4 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 3

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Eu considero que não. O objetivo da União é a construção de uma Europa Penal Comum, e este é o caminho a percorrer nesse sentido. (...) Se os Estados têm todas as mesmas regras não existe qualquer fragilização da soberania, mas sim a construção de uma soberania conjunta Europeia.”
2	“Não me parece que haja qualquer efeito nefasto a este nível.”
3	“... o princípio do reconhecimento mútuo implica uma partilha de soberania (...) não uma perda de soberania mas sim uma partilha de soberania. (...) podemos dizer que resulta num reforço de soberania.”
4	“Nós necessitamos do princípio do reconhecimento mútuo, tanto que nós temos esse princípio consagrado na nossa constituição (...) pois de outra forma não seria possível a existência de uma cooperação internacional funcional.”

Análise da questão n.º 3: Todos os entrevistados concordam que o princípio do reconhecimento mútuo não afeta a soberania nacional. Este princípio implica uma partilha de soberania, que resulta num reforço da mesma. Se não houvesse aplicação deste princípio não seria possível a existência de uma cooperação internacional funcional.

4.1.4 Análise de Conteúdo à Questão nº 4

Questão n.º 4: Qual (quais) a(s) entidade(s) que verifica(m) se os mandados emitidos/ solicitados se enquadram nas causas legais de recusa de execução do MDE?

Quadro 5 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 4

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“...cabe à autoridade judiciária fazer essa avaliação (...)será ao Tribunal da Relação a quem compete o MDE.”
2	“...serão as autoridades de execução que cada Estado indicou (em Portugal serão os cinco Tribunais da Relação) que identificarão a existência de causas de recusa (...) Em alguns Estados de que o Reino Unido é paradigmático foram introduzidas autoridades, identificadas como judiciárias (SOCA, é <i>Serious Organised Crime Agency</i>) que possuem esta competência.”
3	“ Quem realiza essa análise é o Tribunal da Relação a quem o MDE foi entregue. (...) é sempre o Tribunal da Relação que faz essa análise.”
4	“ Tanto a Europol como o Ministério Público deveriam fazer essa análise. No entanto o que acontece mais frequentemente é que com a chegada do mandado e detenção da pessoa procurada (...) é que é realizada uma análise breve sobre se o MDE preenche ou não os requisitos formais que fundamentam o pedido. (...) quem faz a verificação dos requisitos formais é a autoridade judicial competente pelo primeiro interrogatório judicial aquando a detenção do arguido.”

Análise da questão n.º 4: Através da análise a esta questão, verificamos que quem faz a análise do enquadramento legal do MDE é a autoridade judiciária de execução, no caso de Portugal um dos cinco Tribunais da Relação.

4.1.5 Análise de Conteúdo à Questão n.º 5

Questão n.º 5: Se um MDE preencher os requisitos para a recusa de execução, a autoridade de emissão é informada? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Quadro 6 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 5

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Obviamente que o país que emitiu o MDE é rapidamente informado dos fundamentos de recusa do Estado de execução. Essa informação é transmitida diretamente entre autoridades judiciárias, através de fax ou correio eletrónico.”
2	“ Sim. Um princípio geral de cooperação internacional; (...) é o de que toda a recusa deve ser fundamentada e comunicada a quem formulou a pretensão. (...) deverão ser as autoridades da execução que, diretamente, pela via mais rápida (fax ou correio) devem comunicar à autoridade da emissão, devidamente identificada no formulário, o teor e sentido da sua decisão.”
3	“Sim, a autoridade judicial de execução informa o mais rapidamente possível a autoridade de emissão. (...) esta comunicação deveria ser feita através da rede segura da Rede Judiciária Europeia. No entanto esta rede nem sequer está em funcionamento. Assim a autoridade judiciária de execução informa diretamente a autoridade judiciária de emissão, via correio eletrónico.”
4	“Informamos diretamente. (...) informa que o mandado não preenche os requisitos de cumprimento obrigatório fundamentando esses mesmos motivos, (...) é enviado diretamente à autoridade judiciária de emissão via e-mail, ou via Europol.”

Análise da questão n.º 5: Um princípio geral da cooperação internacional é de que toda a recusa deve ser fundamentada e transmitida à autoridade judicial de emissão no mais curto espaço de tempo possível.

4.1.6 Análise de Conteúdo à Questão n.º 6

Questão n.º 6: Dá-se conhecimento formal da situação exposta na pergunta anterior aos restantes Estados - Membros? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Quadro 7 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 6

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Nada obriga que essa comunicação seja feita. (...) Se o motivo de recusa for transversal a todos os Estados, é retirada a informação de pessoa procurada, se o motivo de recusa for facultativo e não for transversal, a informação da pessoa procurada continua nos restantes estados-membros, pois a pessoa procurada pode circular livremente dentro da Europa, com base na livre circulação de pessoas.”
2	“ Nada obriga a que uma decisão seja comunicada a todos os Estados Membros. Contudo, mecanismos de avaliação inter pares (...) ou recolhas anuais de dados (...) podem revelar decisões consideradas mais paradigmáticas.”
3	“Quem tem essa responsabilidade é o Estado-Membro de emissão depois de ser informado pelo estado membro de execução. Esta situação só acontece quando não se sabe o paradeiro da pessoa procurada e a autoridade judicial de emissão manda difundir a informação da pessoa procurada por todo o território da União. (...) deve retirar essa informação da pessoa procurada, para que outros estados membros não venham a deter a pessoa quando o seu processo já foi arquivado. No entanto (...) ao existir a recusa (...) pode emitir novo mandado e assim não ter que retirar a informação de pessoa procurada.”
4	“Essa responsabilidade é atribuída ao estado membro de emissão, que após receção do fundamento de recusa, deve proceder às diligências para eliminar os pedidos efetuados para procura da pessoa, nomeadamente deve efetuar uma informação para o Gabinete SIRENE, INTERPOL e EUROPOL, para apagar a informação da pessoa procurada...”

Análise da questão n.º 6: Nada obriga a que seja comunicada a todos os Estado-Membros, no entanto existe uma responsabilidade atribuída à autoridade judiciária de emissão, que após a receção de recusa deve proceder às diligências para eliminar os pedidos efetuados sobre a pessoa procurada.

4.1.7 Análise de Conteúdo à Questão n.º 7

Questão n.º 7: Quando as informações presentes num MDE forem consideradas insuficientes, o(s) Estado(s)-Membro(s) de execução faz(em) um pedido de complementaridade de informação ou recusa(m) a respetiva execução?

Quadro 8 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 7

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“... no momento da detenção da pessoa procurada por parte do órgão de polícia criminal, (...) se o mandado não possuir informação suficiente para a sua execução, vão ser pedidas mais informações para se proceder à decisão de execução, ou não.”
2	“...princípio fundamental da cooperação internacional (...) é o de que a insuficiência de informações ou dados não deve determinar uma recusa imediata. (...) sempre que considerar que o MDE se mostra incompleto ou que deixaram de ser prestadas informações das quais se faz depender a execução do pedido, diretamente, através dos pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia ou da EUROJUST, solicitar que tais informações ou garantias sejam prestadas.”
3	“Um dos principais pontos da cooperação internacional é não levantar recusa por falta de informação no MDE, pelo que existe sempre um pedido de complementaridade da informação aquando a detenção da pessoa procurada, pois o mandado não pode ser recusado por um dos requisitos formais da estrutura do mandado não estar preenchido.”
4	“Um princípio fundamental da cooperação judiciária é que a falta de informação não deve ser um motivo de recusa de execução. Assim deve-se contatar diretamente a autoridade judiciária de emissão, ou (...) a Eurojust, para obtermos mais informações sobre um processo em que se considera que a informação constante não é suficiente para cumprimento obrigatório.”

Análise da questão n.º 7: Um princípio fundamental da cooperação internacional é que a insuficiência de informação não deve determinar recusa imediata. Quando existe falta de informação para se proceder à decisão sobre a execução do mandado deve ser clarificada a situação em contato com a autoridade judiciária de emissão. Em caso de dificuldades, o pedido de esclarecimento deve ser direcionado à Eurojust.

4.1.8 Análise de Conteúdo à Questão n° 8

Questão n.º 8: Quais as causas de recusa de execução do MDE mais frequentemente utilizadas?

Quadro 9 - Análise de resultados obtidos na Questão n° 8

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Por norma o MDE só é emitido se tivermos reais expectativas de que vai ser cumprido. Da realidade que eu acompanho, na fase da emissão do mandado já existiu uma cooperação entre os órgãos de polícia dos diferentes estados (...) pelo que quando o MDE é emitido já ambas as autoridades interessadas sabem do que se trata.”
2	“Verifica-se que raramente se recusa a execução (...) a causa utilizada com maior frequência, (...) é a entrega de nacionais ou residentes para cumprimento de pena. (...) verifica-se, ainda, recusas de entrega em casos de <i>ne bis in idem</i> ou de conflito positivo de jurisdição, o qual, mediante intervenção da EUROJUST deverá obrigatoriamente dar lugar à concentração de processos no Estado que se encontrar em melhores condições para assegurar a totalidade da investigação.”
3	“... ocorre com frequência em Portugal e que se traduz numa causa de recusa aos mandados emitidos por Portugal. Está relacionado com o nosso regime de notificações para julgamento.(...) O direito português considera o arguido notificado na situação em que (...) o Ministério Público envia uma carta simples (...) então procede-se ao julgamento ao qual o arguido decidiu não comparecer. (...) Desta forma, os outros Estados-Membros recusam-se a mandar executar mandados portugueses que se encontrem nesta situação, o que é bastante frequente.”
4	“Na realidade que vivemos atualmente, os países de leste invocam frequentemente a perseguição política, mas sem fundamento, porque são países que ainda possuem uma cultura democrática muito frágil. Mas raramente essa recusa é válida devido à falta de fundamento. (...) as causas mais frequentes são mesmo querer discutir a inocência da pessoa procurada, mas a autoridade judiciária de execução não tem qualquer papel ativo nessa matéria.”

Análise da questão n.º 8: Raramente se recusa uma execução de um MDE. No entanto, nos poucos casos em que esta situação ocorre, as causas utilizadas com maior frequência prendem-se com a não entrega de nacionais ou residentes para cumprimento de

pena, garantindo a autoridade de execução o cumprimento da mesma, e ainda, recusas de entrega em casos de *ne bis in idem* ou de conflito positivo de jurisdição. Os países da Europa central invocam frequentemente a perseguição política, derivada da sua cultura democrática muito frágil, mas sem qualquer fundamento. Existem também vários casos de recusa a pedidos emitidos por Portugal, devido ao regime de notificações aplicado pelo país e consequente julgamento sem a presença do arguido. Esta situação causa a recusa de execução dos outros Estados-Membros porque Portugal não garante a repetição de julgamento.

4.1.9 Análise de Conteúdo à Questão n.º 9

Questão n.º 9: Conhece alguma situação em que o Estado membro de execução não tenha fundamentado os motivos de recusa, e o tenha feito sem fundamento legal?

Quadro 10 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 9

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Nunca tive conhecimento de uma situação em que tenha ocorrido essa situação, até porque segundo a Decisão-Quadro uma atitude dessas seria consagrada uma ilegalidade.”
2	“Não, embora num caso com a Alemanha (<i>Staatsanwaltschaft Bremen</i>), Estado que tem um procedimento particular em que o Procurador decide apresentar, ou não, o MDE para execução, foi decidido não apresentar o MDE para execução. As causas, algo ininteligíveis, pareciam prender-se com questões de proporcionalidade e julgamento na ausência do arguido. Contudo, não houve procedimento formal, concluído com decisão de recusa.”
3	“Não tenho conhecimento de que alguma vez isso tenha acontecido. É obrigatório fundamentar, não existe sequer essa possibilidade.”
4	“Não. Não conheço nenhuma situação em que não tenha sido fundamentada a recusa. Existem no entanto casos como o da Alemanha que não entrega nacionais e pede transmissão do processo do crime praticado no estado membro de emissão.”

Análise da questão n.º 9: No âmbito da Decisão-Quadro é obrigatório fundamentar os motivos de recusa. Existem no entanto casos como o da Alemanha que não entrega nacionais e pede transmissão do processo do crime praticado no estado membro de emissão.

4.1.10 Análise de Conteúdo à Questão n.º 10

Questão n.º 10: Quando o MDE é emitido para efeitos de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade, o Estado membro de execução, normalmente, aplica a pena em território nacional ou extradita?

Quadro 11 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 10

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“... no que toca a nacionais ou residentes em território nacional a pena é cumprida no Estado-membro de execução. Os restantes casos procede-se à extradição, por norma.”
2	“ (...) tratando-se de nacionais ou residentes, a autoridade da execução (...) pode decidir recusar a entrega. Tal recusa, porém, implicará que a pena seja executada. Casos há, infelizmente, em que (...) se verifica impossibilidade legal de executar penas impostas por autoridades judiciais de outros Estados.”
3	“A execução de pena em território nacional é feita quando o arguido é nacional ou residente em território nacional. Nas restantes situações procede-se à extradição. Tanto que o Supremo Tribunal atribui ao mandado um valor vinculativo para a execução de pena dispensando a revisão de sentença...”
4	“Não é comum emitir-se um MDE só para cumprimento de pena. (...) No entanto quando isso é feito normalmente é feita uma revisão de sentença (...) se não for solicitada revisão de sentença, o arguido é extraditado para cumprimento de pena no país de emissão.”

Análise da questão n.º 10: A execução de pena em território nacional é feita quando a pessoa objeto do mandado é nacional ou residente em território nacional. Nas restantes situações procede-se, normalmente, à extradição.

4.1.11 Análise de Conteúdo à Questão nº 11

Questão n.º 11: Quando a transmissão de um MDE é feita diretamente à autoridade judiciária de execução através dos pontos de contato da rede judiciária europeia, o Gabinete Nacional da INTERPOL (GNI) e o Gabinete SIRENE também são informados?

Quadro 12 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 11

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Quando não se sabe o paradeiro da pessoa procurada (...) são ativados o SIS e a INTERPOL para tentar obter mais informações da pessoa procurada.”
2	“Embora prevista na Decisão Quadro a transmissão de MDE através da rede segura da Rede Judiciária Europeia não se verifica porquanto o referido canal de transmissão não se mostra desenvolvido tecnicamente. No quadro atual os mandados são transmitidos diretamente no caso em que são conhecidos os paradores das pessoas cuja entrega se requer, ou são difundidos pelo Gabinete Nacional SIRENE, mediante inserção no Sistema de Informação Schengen, ou pelo Gabinete Nacional da INTERPOL para os Estados que não fazem parte do SIS. No caso da transmissão direta deverá haver, igualmente, difusão SIS e INTERPOL...”
3	“Sim são informados, até porque já podem ter alguma informação ou alguma investigação a decorrer sobre esse arguido, e pode ser um ponto importante de cruzamento de informação.”
4	“Sim, são informados. Em todos os mandados são informadas as entidades que trabalham diretamente com este instrumento.”

Análise da questão n.º 11: Quando é emitido um MDE, são informadas as entidades que trabalham diretamente com este instrumento, nomeadamente o GNI e o Gabinete SIRENE, que por sua vez introduz a informação de pessoa procurada no SIS.

4.1.12 Análise de Conteúdo à Questão nº 12

Questão n.º 12: A Lei prevê que as autoridades judiciais, em caso de dificuldades, devem resolver as mesmas através de contato direto entre as autoridades interessadas. É um fato que se observa, ou recorrem mais frequentemente a outros meios de contato como o GNI ou o Gabinete SIRENE?

Quadro 13 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 12

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Esse fato observa-se. Se existir alguma dificuldade nesse contato normalmente recorre-se à Eurojust.”
2	“A possibilidade de estabelecer contatos diretos pressupõe, no mínimo, a capacidade de utilizar uma língua comum, com alguma fluência e competência o que nem sempre se encontra ao alcance de todas as autoridades judiciárias. Assim este contacto direto parece-nos, ainda, excecional, sendo frequente a intermediação da Rede Judiciária Europeia e da EUROJUST...”
3	“... exercem sempre um contato direto entre as autoridades judiciárias. Nas situações em que existam dificuldades mais complexas recorrem à EuroJust. A Eurojust acaba apenas por ser um intermediário entre as autoridades judiciárias, sendo a maioria das vezes que recorrem à Eurojust são dificuldades causadas por uma barreira meramente linguística.”
4	“Sim, o contato é normalmente realizado diretamente entre autoridades judiciárias. No entanto em casos mais complexos que, são raros, recorreremos à Eurojust”

Análise da questão n.º 12: O contato é normalmente realizado diretamente entre autoridades judiciárias. No entanto em casos mais complexos, normalmente causados por uma barreira linguística, esse contato é realizado através da Eurojust, que assume um papel de intermediário entre as autoridades judiciárias.

4.1.13 Análise de Conteúdo à Questão nº 13

Questão n.º 13: Os contatos realizados entre os gabinetes dos diferentes do Estados
- Membros são normalmente céleres?

Quadro 14 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 13

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Sim. Do conhecimento que possuo na maioria das vezes os contatos conseguem realizar-se em menos de 24 horas, o que é muito bom.”
2	“Sim. Por definição a conceção moderna de cooperação judiciária implica a celeridade sem a presença da qual a eficiência se encontra absolutamente comprometida.”
3	“Posso dizer-lhe que sim, não pelo contato direto com essa realidade, mas sim porque se os contatos não são céleres o suficiente, as autoridades judiciárias recorrem à Eurojust para acelerarem o processo, e são raríssimas as vezes que recorrem à Eurojust para esse fim, por isso deduzo que o contato direto está a ser muito eficiente.”
4	“Sem dúvida. Por vezes obtenho respostas mais rápidas do que, por exemplo, com o Ministério Público de Bragança. Uma vez que trabalhamos diariamente com este instrumento começamos a travar conhecimentos com os Ministérios Públicos dos outros estados e conseguimos respostas em tempo real através de correio eletrónico.”

Análise da questão n.º 13: Por definição, a conceção moderna de cooperação judiciária implica a celeridade. Sem a presença desta, a eficiência encontra-se absolutamente comprometida. Na prática, os contatos realizados entre autoridades judiciárias de diferentes Estados-Membros são céleres e obtêm respostas em menos de 24 horas.

4.1.14 Análise de Conteúdo à Questão n.º 14

Questão n.º 14: Qual é o procedimento adequado quando existe mais do que um MDE sobre a mesma pessoa, nomeadamente por mais que um Estado – Membro ou um pedido simultâneo de MDE e de extradição?

Quadro 15 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 14

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Esta é uma decisão da autoridade judiciária. Em termos de ordenamento jurídico Europeu, estes são semelhantes, por isso a decisão não será difícil. Quando existe um pedido de extradição concorrente a um MDE será uma avaliação que deverá ser mais cuidadosa, visto que os ordenamentos jurídicos de estados terceiros podem ser radicalmente diferentes em relação ao que se pratica no espaço da União.”
2	“A Lei e a Decisão Quadro oferecem um quadro de critérios que deve ser seguido pelas autoridades judiciárias. Neste apartado não se verifica inovação de relevo, uma vez que os critérios enunciados não divergem daqueles que se encontravam já na extradição. O princípio básico será sempre o de com a entrega não vir a inviabilizar uma futura reentrega ou extradição.”
3	“Relativamente aos mandados concorrentes, existe uma norma na decisão da Eurojust que diz que a autoridade de execução pode pedir um parecer à Eurojust que não é vinculativo. No entanto existe no Relatório Anual da Eurojust de 2004, um anexo com os critérios que a Eurojust recomenda para decidir sobre a execução de mandados concorrentes, sendo esses critérios bastante amplos e não vinculativos.”
4	“É feita uma avaliação pelo tribunal da relação que irá decidir qual o mandado a executar. Por norma essa avaliação é feita com base na antiguidade do processo ou na gravidade do crime. Em casos mais complexos é pedido um parecer à Eurojust. Na situação de um pedido de extradição, procede-se exatamente da mesma maneira.”

Análise da questão n.º 14: Nas situações dos mandados concorrentes é feita uma avaliação pelo Tribunal da Relação que irá decidir qual o mandado a executar. Nos termos da Lei e da Decisão-Quadro, essa avaliação é feita com base na antiguidade do processo ou na gravidade do crime tendo como princípio básico o de que a entrega da pessoa procurada não venha a inviabilizar uma futura reentrega ou extradição. Em casos mais complexos é

pedido um parecer à Eurojust. Na situação de um pedido de extradição concorrente a um mandado, procede-se exatamente da mesma maneira.

4.1.15 Análise de Conteúdo à Questão nº 15

Questão n.º 15: Quando é recebido um MDE para execução, é feita alguma pesquisa da localização da pessoa procurada, ou apenas difundida entre as autoridades judiciais e autoridades/ órgãos de polícia criminal?

Quadro 16 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 15

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“A entidade que receber o MDE, seja ela qual for, deveria à partida efetuar um conjunto de consultas com diferentes entidades, para apurar se já existe alguma informação sobre a pessoa procurada, bem como se está envolvida em alguma investigação ou em algum processo em território nacional, e esta deveria ser a atuação correta na minha opinião. O que acontece é que existe a receção do mandado, é introduzida uma informação no SIS e espera-se que os órgãos de polícia criminal consigam deter a pessoa procurada, esta é a realidade.”
2	“No caso de o MDE ter sido transmitido via SIS ou INTERPOL, indicando-se um possível paradeiro, tentar-se-á a sua localização e detenção. Caso seja desconhecido o paradeiro da pessoa a procurar deverá ser feita consulta de bases de dados nacionais e, resultando a mesma negativa, aguardar-se pela localização e detenção da pessoa cuja entrega é solicitada. Para esta resposta sugere-se confirmação junto do SIRENE e da INTERPOL.”
3	“Em Portugal a deteção e detenção das pessoas procuradas é da competência dos órgãos de polícia criminal. Há países na União em que à chegada do mandado, não sabendo o paradeiro do arguido, é procurado em bases de dados, mas por norma e na generalidade é sempre da responsabilidade dos órgãos de polícia criminal, até porque são raros os casos em que não se sabe o paradeiro do arguido.”
4	“Normalmente o mandado vem com a informação do paradeiro da pessoa procurada. A informação de pessoa procurada é transmitida aos órgãos de polícia e estes têm a função de deter a pessoa procurada. No entanto quando não existe essa informação cabe aos órgãos de polícia recolher informações para encontrar e deter o individuo objeto do mandado.”

Análise da questão n.º 15: Normalmente o mandado é emitido com informação do paradeiro da pessoa procurada e são raros os casos em que isso não se verifica. Quando a localização do arguido não consta do mandado, é função dos órgãos de polícia criminal detetar a pessoa procurada através de recolha de informações. A informação da pessoa procurada é difundida através do Gabinete SIRENE e do GNI.

4.1.16 Análise de Conteúdo à Questão n.º 16

Questão n.º 16: Considera que os prazos de decisão de execução de um MDE são adequados?

Quadro 17 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 16

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“Do contato que tenho com as autoridades judiciárias, esses prazos são muito exequíveis...”
2	“Sim. Não existem situações de desrespeito dos prazos com uma frequência que faça concluir serem os mesmos insuficientes para o comum dos casos.”
3	“... é obrigatória a comunicação à Eurojust dos excessos de prazo da execução dos mandados, e nós temos tido, por ano, um ou dois excessos de prazo. Portanto significa, sem dúvida, que são adequados.”
4	“Sim. Os prazos são cumpridos com a maior das facilidades, pois é um procedimento muito formal, não existem situações em que sejam necessário discutir seja o que for.”

Análise da questão n.º 16: Sendo um procedimento muito formal, não existem situações de desrespeito dos prazos com uma frequência que faça concluir serem os mesmos insuficientes.

4.1.17 Análise de Conteúdo à Questão nº 17

Questão n.º 17: Recorrendo à sua experiência profissional, e em suma, considera que a substituição do tradicional processo de extradição pelo Mandado de Detenção Europeu foi uma mais-valia para o combate à criminalidade dentro da União Europeia? Porquê?

Quadro 18 - Análise de resultados obtidos na Questão nº 17

Entrevistado/a	Expressões chave
1	“... o MDE veio permitir que quando existe cooperação policial na investigação criminal, e hoje em dia não existem motivos para não haver esta cooperação, o MDE já é emitido com a certeza de captura e entrega de um indivíduo. Isto veio abandonar o longo processo de extradição em que se demorava muito tempo numa decisão para o pedido de extradição, para uma entrega de um indivíduo quase imediata e em tempo real. A Aplicação do MDE veio tornar o mecanismo muito mais célere e simples, e com certeza uma melhor justiça e um combate à criminalidade muito mais eficaz (...) e completamente desburocratizado.”
2	“Sem dúvida que o MDE foi um grande passo em frente na medida em que, (...) judicializou totalmente o processo de entrega internacional de pessoas, retirando a intervenção política. Com este princípio deu-se por assente que a criação de possibilidades para a responsabilização criminal de cidadãos, (...) não deve depender do interesse político deste ou daquele Estado, em cooperar ou não, mas sim da intervenção das autoridades judiciais, cujo denominador comum, de responsabilidade institucional pelo combate à criminalidade, através da investigação e julgamento de factos de natureza criminal, impõe a cooperação sem dependência de juízos de conveniência. Por outro lado, a sua rapidez mercê da articulação dos diversos mecanismos que o compõem (redução de causas de recusa, limitação do controle da dupla incriminação, entrega de nacionais, introdução de garantias, utilização de formulário e imposição de prazos) contribui fortemente para a boa administração da justiça e também para o respeito pelos direitos dos arguidos os quais melhor convivem com uma rápida resolução do processo-crime.”
3	“Obviamente que sim. Permitiu agilizar muito os processos de captura de pessoas procuradas fora do território nacional e permitiu colocar o MDE com poder vinculativo semelhante a um mandado de detenção interno para a captura de pessoas dentro do espaço da União Europeia. Hoje em dia é um processo extremamente simples e desburocratizado a detenção de uma pessoa dentro do espaço da União. Sem dúvida que é um instrumento precioso no combate à criminalidade.”
4	Sem dúvida que foi. (...) permite uma atuação em tempo real da detenção dos agentes do crime, possibilita o contato direto entre autoridades judiciais, o que permite o funcionamento de uma justiça mais célere, mais eficaz e mais moderna. (...) Muito mais rápido e extremamente simples, ao contrário do processo de extradição que é um processo complexo, muito “ritualizado” e, consequentemente, muito lento.

Análise da questão n.º 17: O MDE veio produzir uma justiça desburocratizada no que toca à extradição de pessoas, tornando o processo célere, simples e eficaz, retirando a intervenção política. A utilização deste instrumento é um salto qualitativo que possibilita o contato direto entre autoridades judiciárias, permitindo uma atuação em tempo real da detenção dos agentes do crime, o que se traduz num instrumento precioso no combate à criminalidade. O MDE tem o mesmo poder vinculativo, em todo o espaço da União Europeia, que um mandado de detenção interno em território nacional.

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações/Propostas

5.1 Verificação de Hipóteses

Com base no exposto, quer no corpo de trabalho, quer na análise efetuada às entrevistas, considera-se oportuno realizar a verificação de hipóteses.

H1: O MDE manifesta vantagens significativas em relação ao processo de extradição.

O MDE criou um processo com maior celeridade, simplicidade e eficácia, consequente de uma desburocratização e aplicação de um formalismo simples, relativamente ao processo de extradição. Hipótese validada.

H2: O MDE tornou mais célere o processo da entrega de pessoas procuradas.

Uma das vantagens da aplicação do MDE é a celeridade na entrega das pessoas. Hipótese validada.

H3: Existe fragilização da Soberania Nacional com a implementação do MDE.

A implementação do MDE implica a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo que visa um reforço da soberania naquele que é o caminho para a construção de uma Europa penal comum. Hipótese não validada.

H4: O Princípio do Reconhecimento Mútuo está consagrado na legislação portuguesa.

Sem a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo, não seria possível um bom funcionamento da cooperação internacional. A Constituição da República Portuguesa prevê a aplicação deste princípio no seu Art.º 8º. Hipótese validada.

H5: Um Estado-Membro da União pode recusar a execução de um MDE.

A recusa de execução de um MDE pode ser efetuada, única e exclusivamente, com fundamento num ou mais motivos de não execução obrigatória do MDE, consagrados nos Art.ºs 3º e 4º da Decisão-Quadro nº 2002/584/JAI. Hipótese parcialmente validada.

H6: Um MDE é executado mesmo que possua informação insuficiente.

Um princípio fundamental da cooperação internacional é o de que a insuficiência de informações ou dados não deve determinar uma recusa imediata. Devem ser solicitadas, diretamente ou através da Eurojust, as informações em falta para se proceder à decisão de execução. Hipótese parcialmente validada.

H7: Os prazos de entrega de uma pessoa procurada impostos pelo MDE são exequíveis.

Não existem situações de desrespeito dos prazos com uma frequência que faça concluir que os mesmos não sejam adequados. Hipótese validada.

H8: O MDE permite uma rápida atuação na detenção dos agentes do crime.

A formalização da extradição de pessoas procuradas implementada pelo MDE permite a atuação em tempo real na detenção de agentes do crime. Hipótese validada.

H9: Está legalmente previsto o recurso a bases de dados, para registo do MDE.

A Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI prevê, no seu Art.º 9º, a utilização do SIS para a transmissão de um MDE. Hipótese validada.

5.2 Conclusões

Atendendo ao “Projeto do Trabalho de Investigação Aplicada” e de acordo com os objetivos da investigação, naturalmente análogos aos do presente trabalho, a investigação foi orientada para responder à seguinte pergunta de partida: (PP): “Qual a eficácia do MDE no combate à criminalidade e no âmbito da cooperação judiciária?”.

Na resposta a esta questão entendeu-se que derivavam outras perguntas a que importa dar resposta:

PD1: No âmbito da cooperação Judiciária, o MDE manifesta vantagens significativas em relação ao tradicional Processo de Extradição?

PD2: O Princípio do Reconhecimento Mútuo vem fragilizar a soberania Nacional?

PD3: Quais as potencialidades deste instrumento jurídico no combate à criminalidade?

PD4: A Legislação aplicável ao MDE e os mecanismos de Cooperação Judiciária são ajustados ao correto funcionamento deste instrumento jurídico?

Face ao exposto, no decorrer das conclusões e consoante o seu conteúdo, as mesmas serão relacionadas com as questões derivadas e assinaladas com as referências: PD1; PD2; PD3; PD4, respetivamente.

As conclusões constituem assim, contributos que visam responder às citadas perguntas, tendo subjacente o tema da proposta de dissertação:

1. O MDE é um mecanismo simplificado de entrega de pessoas com base num mandado emitido por uma autoridade judiciária de um Estado-Membro, assente no reconhecimento mútuo de decisões em matéria penal, tanto em sede de procedimento criminal, como para cumprimento de pena ou de medida de segurança privativas de liberdade. **(PD3)**

2. A aplicação do MDE veio trazer maior celeridade na entrega da pessoa procurada em relação ao tradicional sistema de extradição, consequente de uma desburocratização do processo através da implementação de um formalismo simplificado e de prazos de entrega comuns. **(PD1, PD3, PD4)**

3. O MDE tem o mesmo poder vinculativo e executivo em todo o espaço da União Europeia que um mandado de detenção interno tem dentro do território nacional, reduzindo os motivos de recusa a motivos meramente formais. **(PD1, PD3 e PD4)**

4. Existem algumas lacunas funcionais no que toca ao término do MDE. No caso concreto, por vezes o GNI e o Gabinete SIRENE não recebem a informação de quando o MDE é extinto devido à entrega da pessoa procurada à autoridade judiciária. **(PD3)**

5. O profissionalismo é um elemento essencial para a eficiência do MDE. Quem trabalha com este instrumento deve possuir uma abrangente competência técnico-judicial nesta matéria para que não sejam realizados pedidos de MDE em situações de pouca relevância jurídica, como por vezes se verifica. Assim a formação possui um papel essencial na boa utilização do MDE. **(PD3)**

6. Devido à existência de Estados-Membros que não adotaram instrumentos de cooperação internacional pré-existent à aplicação do MDE, como por exemplo o SIS, por vezes existem algumas desarticulações nos mecanismos de funcionamento do mandado. **(PD4)**

7. A aplicação do princípio do reconhecimento mútuo é fundamental para a subsistência de uma cooperação internacional funcional. Este princípio implica uma partilha de soberania por parte dos Estados-Membros da União, reforçando a construção de uma soberania Europeia. **(PD2 e PD4)**

8. A análise dos MDE relativamente às causas legais de recusa é feita pelas autoridades judiciais de cada Estado-Membro, no caso português, um dos cinco Tribunais da Relação, no momento em que o indivíduo é detido. **(PD4)**

9. Todas as recusas de execução de um MDE devem ser fundamentadas e informadas no mais curto espaço de tempo possível à autoridade de emissão. **(PD4)**

10. Quando um MDE é executado ou recusado, a autoridade judiciária de emissão tem a responsabilidade proceder às diligências para eliminar os pedidos de captura sobre a pessoa procurada em todos os Estados-Membros da União. **(PD4)**

11. Um princípio fundamental da cooperação internacional é o de que a insuficiência de informações ou dados não deve determinar recusa imediata. Nesta situação efetua-se um pedido de esclarecimento da situação à autoridade judiciária de emissão ou, em casos pontuais, à Eurojust. **(PD3 e PD4)**

12. Os motivos de recusa de execução do MDE mais frequentes prendem-se com a não entrega de nacionais ou residentes em território nacional para cumprimento de pena, garantindo a autoridade de execução o cumprimento da mesma, e com recusas de entrega em casos de *ne bis in idem* ou de conflito positivo de jurisdição. **(PD4)**

13. Os países da Europa central apresentam, frequentemente, como motivo de recusa de execução, a perseguição política, devido à frágil cultura democrática que possuem, mas raramente essa recusa é válida devido à falta de fundamento. **(PD4)**

14. As recusas de execução de MDE emitidos por Portugal surgem do fato do sistema jurídico português realizar julgamentos considerando que o arguido decidiu não comparecer, já que o regime de notificações para julgamento funciona através de um sistema de cartas simples. Não sendo possível fazer prova da notificação do arguido, e considerando que o sistema jurídico português não garante repetição de julgamento, os restantes Estados-Membros recusam a execução do mandado. **(PD4)**

15. Na existência de um MDE sobre um indivíduo que esteja a ser investigado sobre os mesmos fatos, ou seja, num caso de *ne bis in idem*, mediante intervenção da EUROJUST, os processos deverão obrigatoriamente concentrar-se no Estado que se encontrar em melhores condições para assegurar a totalidade da investigação. **(PD3 e PD4)**

16. Ao contrário do que se verificava no sistema de extradição, não é possível recusar a execução de um MDE sem pelo menos um dos fundamentos consagrados na Decisão-Quadro. **(PD1 e PD4)**

17. Quando existe um MDE para cumprimento de pena ou medida de segurança privativa de liberdade sobre um indivíduo nacional ou residente em território nacional, a

autoridade de execução fundamenta a recusa de execução e garante o cumprimento da pena no seu território. **(PD3 e PD4)**

18. Sempre que existe a emissão de um MDE, a informação é difundida pelo Gabinete SIRENE, que introduz essa informação no SIS, e pelo GNI devido à existência de quatro Estados-Membros que não aderiram à aplicação do SIS. **(PD3 e PD4)**

19. Quando no contato direto entre autoridades judiciárias de diferentes Estados-Membros se observam dificuldades, a Eurojust assume um papel de intermediário. A grande maioria das dificuldades que surgem prendem-se a uma questão meramente linguística. **(PD4)**

20. Os contatos realizados diretamente entre autoridades judiciais de diferentes Estados-Membros são extremamente céleres. **(PD1, PD3 e PD4)**

21. Na situação de mandados concorrentes, a autoridade judiciária de execução decide sobre qual o mandado a ser executado, considerando um conjunto de critérios gerais que se prendem com os prazos de prescrição, ou com a natureza e gravidade do crime. Um princípio básico, sempre presente, é o de que a entrega da pessoa procurada não venha a inviabilizar uma futura reentrega ou extradição. Em casos mais complexos, pode ser pedido um parecer à Eurojust. **(PD4)**

22. São raras as situações em que o MDE não contém a localização da pessoa procurada. No entanto, quando essa informação não se verifica, não existe um pedido de informação dentro do Ministério da Justiça para se proceder à verificação de envolvimento em outros processos ou investigações, sendo atribuída aos órgãos de polícia criminal a competência de deteção da pessoa procurada através de recolha de informações. **(PD3 e PD4)**

23. Com a formalização do MDE, os prazos impostos por Lei são de fácil execução. Muitas das entregas de pessoas procuradas são realizadas em 10 dias. **(PD1, PD3 e PD4)**

24. A aplicação do MDE veio retirar a intervenção política na decisão de execução, criando um processo judicializado, que ocorre entre autoridades judiciárias. **(PD1, PD3 e PD4)**

25. O MDE permite a atuação em tempo real da detenção dos agentes do crime. **(PD3)**

Através das conclusões expostas e em resposta à pergunta de partida (PP) da investigação, “Qual a eficácia do MDE no combate à criminalidade e no âmbito da cooperação judiciária?”, podemos assegurar que a implementação do MDE foi um enorme salto qualitativo em matéria de cooperação judicial. Este instrumento jurídico produz uma justiça desburocratizada no que toca à extradição de indivíduos, através da criação de um processo célere, simples e eficaz que possibilita o contato direto entre autoridades judiciárias dos vários Estados-Membros da União Europeia, e permite a atuação em tempo real da detenção dos agentes do crime, traduzindo-se num precioso instrumento de combate à criminalidade. Com o poder vinculativo que o MDE adquiriu em todo o espaço da União, podemos afirmar que provavelmente, este instrumento possui uma eficácia que nenhum outro mecanismo de cooperação judicial internacional em matéria penal possui, reforçando a segurança contra a criminalidade multinacional emergente derivada da política de livre circulação de pessoas.

5.3 Recomendações / Propostas

Em resposta aos objetivos propostos, seguidamente serão explanadas algumas recomendações/propostas que representam aspetos a ser melhorados, para o contributo de uma maior eficácia na utilização deste precioso instrumento jurídico de combate à criminalidade. Propõe-se que no futuro sejam aplicadas as seguintes medidas:

1. Para combater as lacunas funcionais no que toca à extinção do MDE, as autoridades judiciais devem transmitir uma informação ao GNI e ao Gabinete SIRENE sempre que a pessoa procurada seja entregue à autoridade judiciária.
2. Para que a questão da proporcionalidade não seja levantada, em consequência da emissão de pedidos de MDE com pouca relevância jurídica, a Eurojust deve promover medidas de formação para sensibilizar as autoridades judiciárias a não emitirem MDE em circunstâncias desproporcionais, ou seja em “bagatelas” penais.
3. A fim de resolver as desarticulações de procedimentos de cooperação que existem, como, por exemplo a implementação do SIS, a União Europeia deve vincular os instrumentos de cooperação internacional pré-existentes à aplicação do MDE.

4. Poder-se-á equacionar a possibilidade, relativamente à análise dos MDE no que concerne as causas legais de recusa, ser efetuada pelo Ministério Público no momento em que mandado é solicitado.
5. Conforme indica a legislação, a rede segura da Rede Judiciária Europeia deve ser colocada em funcionamento, com a brevidade possível, para a transmissão de informações entre autoridades judiciárias do espaço da União.
6. O sistema jurídico português deve adotar um regime de notificações para julgamento que possibilita-se fazer prova da notificação do arguido ou garantir a repetição de julgamento. Desta forma, as recusas de execução de MDE emitidos por Portugal seriam reduzidas.
7. A entidade que recebe o MDE deve efetuar um conjunto de consultas com diferentes entidades, a fim de apurar se já existe alguma informação sobre a pessoa procurada, bem como se está envolvida em alguma investigação ou em algum processo em território nacional. Esta implementação poderia acelerar o processo de detenção do arguido e libertar os órgãos de polícia criminal para outras funções.

Bibliografia

Livros e Publicações:

BUCHO, José Manuel da Cruz (2007), *Cooperação Internacional Penal - Vol. I*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.

FERNANDES, Carlos (1997), *A Extradução e o Respectivo Sistema Português*, Lisboa, Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional.

FERREIRA, Joana Gomes (2007), *Manual de Procedimentos Relativos à emissão do Mandado de Detenção Europeu*, Lisboa, Gabinete de Documentação do Direito Comparado.

MAI, Ministério da Administração Interna (1995), *Acordo de Schengen*, Lisboa, Ministério da Administração Interna.

MNE, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1988), *Acordo de Schengen: textos fundamentais*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

PEREIRA, António Pinto (1999), *O Regime de Extradução*, Lisboa, Rei do Livros.

RAMOS, Vânia Costa (2009), *Ne bis in idem e União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora.

SARMENTO, Manuela (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.

VELENTE, Manuel Monteiro Guedes (2006), *Do Mandado de Detenção Europeu*, Coimbra, Almedina Editora.

VIDAL, José Marques (1997), *Os tratados comunitários e o acordo e convenção de Schengen : génese e correlação*, Lisboa, Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

Publicações periódicas, Trabalhos de Investigação e Relatórios:

COSTA, Jorge (2004), *O mandado de Detenção Europeu: emissão e execução segundo a lei nacional*, Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, n.º 4 Jul-Dez 2004, 231-239.

LEITE, Inês Ferreira (2003), *O mandado de detenção europeu: a novíssima extradição europeia numa perspectiva constitucional*, Relatório de Mestrado. Faculdade de Direito de Lisboa.

MATOS, Ricardo Jorge Bragança de (2004), *O princípio do reconhecimento mútuo e o mandado de detenção europeu*, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 14, n.º 3 Julho – Setembro 2004, 359-364.

PEREIRA, Luís Silva (2003), *Alguns aspectos da implementação do regime relativo ao Mandado Detenção Europeu*, Revista do Ministério Público, n.º 96, Ano 2003, 39-65.

PEREIRA, Luís Silva (2007), *Contributo para uma interpretação dos artigos 12º, nº1. al. g) e 13º, al. c) da Lei nº 65/2003, de 23 de Agosto*”, Revista do CEJ, n.º 7, Ano 2007, 265-284.

RODRIGUES, Anabela Miranda (2003), *O mandado de detenção europeu – na via da construção de um sistema penal europeu: um passo ou um salto?*, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, n.º 1, Ano 13, 27-63.

VIANA, João Carlos Maurício de Matos (2005), *O mandado de detenção europeu: superação ou continuidade face aos mecanismos clássicos de cooperação judiciária internacional em matéria penal*, Relatório de Mestrado, Faculdade de Direito de Lisboa.

Legislação:

Ação Comum n.º 98/428/JAI do Conselho, de 29 de Junho de 1998.

Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro.

Constituição da República Portuguesa, de 02 de Abril de 1976, alterada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto.

Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 19 de Junho de 1990.

Decisão-Quadro n.º 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de Julho de 2003.

Decisão-Quadro n.º 2005/214/JAI do Conselho, de 24 de Fevereiro de 2005.

Decisão-Quadro n.º 2005/314/JAI do Conselho, de 24 de Fevereiro de 2005.

Decisão-Quadro n.º 2005/876/JAI do Conselho, de 21 de Novembro de 2005.

Decisão-Quadro n.º 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006.

Decisão-Quadro n.º 2006/960/JAI do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006.

Decisão-Quadro n.º 2008/909/JAI, do Conselho, de 27 de Novembro de 2008.

Decisão-Quadro n.º 2008/947/JAI, do Conselho, de 27 de Novembro de 2008.

Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009.

Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009.

Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 7 de Abril de 2009.

Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de Outubro de 2009.

Decisão-Quadro n.º 2002/187/JAI do Conselho, e alterada pela Decisão-Quadro n.º 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008.

Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI do Conselho; de 13 de Junho de 2002.

Decreto-Lei n.º 292/94, de 16 de Novembro.

Interpol Constitution and General Regulations (Estatuto da Interpol).

Lei n.º 25/2009, de 5 de Junho de 2009.

Lei n.º 65/2003 de 23 de Agosto.

Lei n.º 74/2009, de 12 de Agosto.

Lei n.º 88/2009, de 31 de Agosto.

Lei n.º 93/2009, de 1 de Setembro.

Lei n.º 144/99 de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 104/2001, de 25 de Agosto, e pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto.

Tratado da União Europeia, *Jornal Oficial* n.º C 191 de 29 de Julho de 1992.

Tratado de Amesterdão que altera o tratado da União Europeia, os Tratados que Instituem as Comunidades Europeias e alguns Actos Relativos a esses Tratados, *Jornal Oficial* n.º C340 de 10 de Novembro de 1997.

Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, *Jornal Oficial* n.º C306/01 de 13 de Dezembro de 2007.

Sítios da Internet:

<http://eurojust.europa.eu/about/background/Pages/History.aspx>

<http://eurojust.europa.eu/about/background/Pages/mission-tasks.aspx#>

<http://eurojust.europa.eu/Pages/home.aspx>

http://europa.eu/index_pt.htm

<http://mandado.gddc.pt/>

[http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/justice-et-affaires-interieures-\(jai\)/cooperation-judiciaire?lang=pt](http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/justice-et-affaires-interieures-(jai)/cooperation-judiciaire?lang=pt)

[http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/justice-et-affaires-interieures-\(jai\)/cooperation-judiciaire/european-arrest-warrant?lang=pt&detailId=66](http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/justice-et-affaires-interieures-(jai)/cooperation-judiciaire/european-arrest-warrant?lang=pt&detailId=66)

[http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/justice-et-affaires-interieures-\(jai\)?lang=pt](http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/justice-et-affaires-interieures-(jai)?lang=pt)

http://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/EJN_Home.aspx

http://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/EJN_StaticPage.aspx?Bread=12

http://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/EJN_StaticPage.aspx?Bread=8

<http://www.gddc.pt/cooperacao/cooperacao.html>

<http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ce/rar-23-dr-191-1989.html>

<http://www.gddc.pt/siii/im.asp?id=958>

<http://www.interpol.int/About-INTERPOL/Overview>

APÊNDICES

Apêndice A

Entrevista ao Senhor Inspetor Fernando Flores

TEMA: “A Eficácia do Mandado de Detenção Europeu no Combate à Criminalidade”

1. Quais as vantagens mais significativas do Mandado de Detenção Europeu (MDE) em relação ao tradicional processo de extradição?

Na minha perspetiva a vantagem mais significativa é o fato de todo o processo se tratar ao nível judicial, ou seja, o fato de as autoridades judiciárias solicitarem a execução do mandado entre si, faz com que todo o processo seja mais célere relativamente ao processo de extradição e muito mais simples.

2. Encontra alguma desvantagem ou ponto fraco na aplicação do MDE?

A vantagem de ser um processo judicial traz algumas desvantagens no que toca à troca de informação. O que acontece frequentemente é que é detetado um indivíduo e para proceder à sua identificação recorrem à INTERPOL. A INTERPOL acusa aquela identificação como sendo de um indivíduo procurado. Entretanto a autoridade judiciária através da Rede Judiciária Europeia procede aos contatos diretos e à execução do MDE e a INTERPOL e o Gabinete SIRENE acabam por ser excluídos do processo quando o arguido é entregue à autoridade judiciária, pois não têm conhecimento de que o processo já está a decorrer junto da autoridade judiciária. Este exemplo concreto é uma das situações que se pode traduzir numa desvantagem que é a descoordenação entre a autoridade judiciária e os Gabinetes da INTERPOL e SIRENE. Outra situação de descoordenação é por exemplo quando um estado fora da União requer a procura de um indivíduo através da INTERPOL e após identificado a autoridade judiciária verifica que existe um MDE sobre esse indivíduo e manda executar. Ou seja, um processo que começou e estava a ser desenvolvido pela INTERPOL, passou a ser tratado diretamente pelas autoridades judiciárias interessadas, sem que a INTERPOL tomasse conhecimento. Isto faz com que continuem a ser tomadas diligências por parte da INTERPOL que vão acabar por ser inúteis, visto que o processo já está entregue à autoridade judiciária. Concluindo, e para mim será a única desvantagem a apontar a este sistema em termos práticos, é que por vezes se recorre à INTERPOL para auxílio na deteção da pessoa, mas posteriormente quando se

desenvolve o processo através do contato direto entre as autoridades judiciárias interessadas, a INTERPOL, e por vezes o Gabinete SIRENE, não são informados. Uma simples solução para este problema seria a autoridade judiciária, ao iniciar o processo judicial, informar as outras entidades que o processo já estava a decorrer junto da autoridade judicial.

3. Considera que a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo vem fragilizar a soberania nacional e concomitantemente a separação de poderes em Portugal?

Eu considero que não. O objetivo da União é a construção de uma Europa Penal Comum, e este é o caminho a percorrer nesse sentido. Os Estados Membros têm a possibilidade de concordar ou não com os princípios penais Europeus, e ao concordarem estão a submeter-se todos ao mesmo nível. Se os Estados têm todas as mesmas regras não existe qualquer fragilização da soberania, mas sim a construção de uma soberania conjunta Europeia.

4. Qual (quais) a(s) entidade(s) que verifica(m) se os mandados emitidos/solicitados se enquadram nas causas legais de recusa de execução do MDE?

Posso dizer-lhe que cabe à autoridade judiciária fazer essa avaliação. Em princípio será ao Tribunal da Relação a quem compete o MDE.

5. Se um MDE preencher os requisitos para a recusa de execução, a autoridade de emissão é informada? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Obviamente que o país que emitiu o MDE é rapidamente informado dos fundamentos de recusa do Estado de execução. Essa informação é transmitida diretamente entre autoridades judiciárias, através de fax ou correio eletrónico.

6. Dá-se conhecimento formal da situação exposta na pergunta anterior aos restantes Estados - Membros? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Nada obriga que essa comunicação seja feita. Essa informação é dada consoante o motivo de recusa. Se o motivo de recusa for transversal a todos os Estados, é retirada a informação de pessoa procurada, se o motivo de recusa for facultativo e não for transversal, a informação da pessoa procurada continua nos restantes estados-membros,

pois a pessoa procurada pode circular livremente dentro da Europa, com base na livre circulação de pessoas.

7. Quando as informações presentes num MDE forem consideradas insuficientes, o(s) Estado(s)-Membro(s) de execução faz(em) um pedido de complementaridade de informação ou recusa(m) a respetiva execução?

Isto faz-se à semelhança de qualquer outro mandado de captura, no momento da detenção da pessoa procurada por parte do órgão de polícia criminal, esta é apresentada à relação num prazo de 48h, e aí se o mandado não possuir informação suficiente para a sua execução, vão ser pedidas mais informações para se proceder à decisão de execução, ou não. De qualquer das formas compete à autoridade judicial fazer essa apreciação.

8. Quais as causas de recusa de execução do MDE mais frequentemente utilizadas?

Da minha experiência profissional não tenho muitas situações visto que trabalho na vertente de investigação e o nosso trabalho é exatamente fazer com que não existam causas de recusa. Por norma o MDE só é emitido se tivermos reais expectativas de que vai ser cumprido. Da realidade que eu acompanho, na fase da emissão do mandado já existiu uma cooperação entre os órgãos de polícia dos diferentes estados para se conseguir deter a pessoa procurada, pelo que quando o MDE é emitido já ambas as autoridades interessadas sabem do que se trata.

9. Conhece alguma situação em que o Estado membro de execução não tenha fundamentado os motivos de recusa, e o tenha feito sem fundamento legal?

Nunca tive conhecimento de uma situação em que tenha ocorrido essa situação, até porque segundo a Decisão-Quadro uma atitude dessas seria consagrada numa ilegalidade.

10. Quando o MDE é emitido para efeitos de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade, o Estado membro de execução, normalmente, aplica a pena em território nacional ou extradita?

Novamente esta é uma matéria a ser abordada junto da autoridade judiciária, mas pelo que tenho conhecimento, no que toca a nacionais ou residentes em território nacional a pena é cumprida no Estado-membro de execução. Os restantes casos procede-se à extradição, por norma.

11. Quando a transmissão de um MDE é feita diretamente à autoridade judiciária de execução através dos pontos de contato da rede judiciária europeia, o Gabinete Nacional da INTERPOL (GNI) e o Gabinete SIRENE também são informados?

Tenho essa experiência muito presente, e até já discutimos de certa forma esta questão na segunda pergunta desta entrevista. Existem duas situações: quando é sabido o paradeiro da pessoa procurada, por norma não é necessário contatar estes Gabinetes e todo o contato é estabelecido diretamente entre autoridades judiciárias, e como tal não existe qualquer intervenção por parte dos Gabinetes. Quando não se sabe o paradeiro da pessoa procurada são ativados o SIS e a INTERPOL para tentar obter mais informações da pessoa procurada. Novamente reiterando a falta de coordenação que falamos como um ponto negativo, assim que o indivíduo é detetado, detido e entregue às autoridades judiciárias, estes gabinetes são excluídos não sabendo que o processo já está entregue à autoridade judiciária.

12. A Lei prevê que as autoridades judiciais, em caso de dificuldades, devem resolver as mesmas através de contato direto entre as autoridades interessadas. É um fato que se observa, ou recorrem mais frequentemente a outros meios de contato como o GNI ou o Gabinete SIRENE?

Esse fato observa-se. Se existir alguma dificuldade nesse contato normalmente recorre-se à Eurojust. Já aconteceu recorrer à INTERPOL, mas foi no contato com a Inglaterra que é um caso de cooperação muito peculiar. Mas por norma nunca recorrem a estes gabinetes.

13. Os contatos realizados entre os gabinetes diferentes dos Estados - Membros são normalmente céleres?

Sim. Do conhecimento que possuo na maioria das vezes os contatos conseguem realizar-se em menos de 24 horas, o que é muito bom.

14. Qual é o procedimento adequado quando existe mais do que um MDE sobre a mesma pessoa, nomeadamente por mais que um Estado – Membro ou um pedido simultâneo de MDE e de extradição?

Esta é uma decisão da autoridade judiciária. Em termos de ordenamento jurídico Europeu, estes são semelhantes, por isso a decisão não será difícil. Quando existe um

pedido de extradição concorrente a um MDE será uma avaliação que deverá ser mais cuidadosa, visto que os ordenamentos jurídicos de estados terceiros podem ser radicalmente diferentes em relação ao que se pratica no espaço da União.

15. Quando é recebido um MDE para execução, é feita alguma pesquisa da localização da pessoa procurada, ou apenas difundida entre as autoridades judiciárias e autoridades/ órgãos de polícia criminal?

A entidade que receber o MDE, seja ela qual for, deveria à partida efetuar um conjunto de consultas com diferentes entidades, para apurar se já existe alguma informação sobre a pessoa procurada, bem como se está envolvida em alguma investigação ou em algum processo em território nacional., e esta deveria ser a atuação correta na minha opinião. O que acontece é que existe a receção do mandado, é introduzida uma informação no SIS e espera-se que os órgãos de polícia criminal consigam deter a pessoa procurada, esta é a realidade.

16. Considera que os prazos de decisão de execução de um MDE são adequados?

Do contato que tenho com as autoridades judiciárias, esses prazos são muito exequíveis, e penso que nunca tenha havido complicações no que toca ao cumprimento de prazos.

17. Recorrendo à sua experiência profissional, e em suma, considera que a substituição do tradicional processo de extradição pelo Mandado de Detenção Europeu foi uma mais-valia para o combate à criminalidade dentro da União Europeia? Porquê?

Sem dúvida. Do ponto de vista policial, que é a realidade que eu melhor conheço o MDE veio permitir que quando existe cooperação policial na investigação criminal, e hoje em dia não existem motivos para não haver esta cooperação, o MDE já é emitido com a certeza de captura e entrega de um indivíduo. Isto veio abandonar o longo processo de extradição em que se demorava muito tempo numa decisão para o pedido de extradição, para uma entrega de um indivíduo quase imediata e em tempo real. A Aplicação do MDE veio tornar o mecanismo muito mais célere e simples, e com certeza uma melhor justiça e um combate à criminalidade muito mais eficaz visto que veio permitir uma melhor cooperação policial, no sentido em que existe um novo instrumento que sabemos que pode ser solicitado à autoridade judicial, e uma melhor cooperação judicial visto que um

processo que era longo e complexo tornou-se célere, simples e completamente desburocratizado.

Apêndice B

Entrevista à Senhora Doutora Joana Gomes Ferreira

TEMA: “A Eficácia do Mandado de Detenção Europeu no Combate à Criminalidade”

1. Quais as vantagens mais significativas do Mandado de Detenção Europeu (MDE) em relação ao tradicional processo de extradição?

O MDE foi aprovado, no espaço da União Europeia, na sequência das conclusões de Tampere, que urgiam os Estados a simplificar os procedimentos de extradição e num quadro histórico (após o 11 de Setembro de 2001) que motivou os Estados a criar um ambiente de cooperação mais favorável. As intervenções mais significativas, que correspondem ao que poderá chamar-se vantagens do MDE sobre a extradição, correspondem a um desenvolvimento daquilo que, no espaço da União Europeia (primeiro com a criação de um mecanismo de extradição exclusivamente judiciário, desde que apoiado no consentimento, em *Schengen* e depois com a possibilidade, ainda tímida, de extradição de nacionais que resultava da Convenção de Dublin) se vinha já prefigurando. Como vantagens mais significativas assinalaria três grupos. O primeiro correspondente à consagração do princípio da entrega de nacionais, há muito conhecida dos Estados de *common law* mas com proibição constitucional para os demais Estados, sem limites no caso de entrega para procedimento criminal, ainda que submetida a condição de devolução para cumprimento de pena (*dutch clause*). O segundo manifestado numa redução significativa das causas de recusa (limitadas a quatro no caso das obrigatórias) e na introdução de um mecanismo de garantias (incidindo sobre as questões do julgamento na ausência, infrações puníveis com pena de prisão perpétua e entrega de nacionais para procedimento criminal) francamente favorável à prolação de decisões positivas (i.e. entregas) e não negativas (i.e. recusas). Finalmente, no aspeto formal, adoção de um formulário facilitador da compreensão dos pedidos e introdução de prazos dentro dos quais devem ser exaradas decisões sobre os pedidos.

2. Encontra alguma desvantagem ou ponto fraco na aplicação do MDE?

A principal desvantagem do MDE, paradoxalmente, tem resultado da sua própria eficácia. Efetivamente, no espaço da União Europeia, é hoje muito mais rápido obter a detenção e entrega de uma pessoa do que alcançar a execução de uma carta rogatória. Assim, são conhecidos os casos em que à detenção e entrega (cujo procedimento, por muito rápido que seja, demora sempre cerca de 15 dias) se segue a presença do arguido no Estado que o reclamou para submissão a um ato de investigação ou de mero andamento processual (interrogatório, assinatura de notificação, preenchimento e assinatura de TIR) e a sua imediata colocação em liberdade, o que revela uma intensa desproporcionalidade entre a restrição da liberdade a que foi submetido e o fim que, com a mesma, se pretendeu alcançar. Por outro lado o mecanismo tem revelado a desarticulação de procedimentos de cooperação resultante, por exemplo, da não vinculação dos Estados a instrumentos de cooperação internacional pré-existentes (a título de exemplo, a causa de recusa resultante do artigo 12º nº1 al. g) da Lei 65/2003 pressuporá a capacidade para executar sentenças estrangeiras a qual, se não for prevista em lei interna, como é o caso português, depende da ratificação, por parte do Estado que recusa a entrega, da Convenção Europeia sobre o Valor internacional das Sentenças Estrangeiras).

3. Considera que a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo vem fragilizar a soberania nacional e concomitantemente a separação de poderes em Portugal?

Não me parece que haja qualquer efeito nefasto a este nível.

4. Qual (quais) a(s) entidade(s) que verifica(m) se os mandados emitidos/solicitados se enquadram nas causas legais de recusa de execução do MDE?

O princípio do reconhecimento mútuo implica cooperação direta entre autoridades judiciais, sem intervenção de autoridades centrais, pelo que serão as autoridades de execução que cada Estado indicou (em Portugal serão os cinco Tribunais da Relação) que identificarão a existência de causas de recusa do MDE, obrigatórias ou facultativas. Em alguns Estados de que o Reino Unido é paradigmático foram introduzidas autoridades, identificadas como judiciais (SOCA, é *Serious Organised Crime Agency*) que possuem esta competência.

5. Se um MDE preencher os requisitos para a recusa de execução, a autoridade de emissão é informada? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Sim. Um princípio geral de cooperação internacional, visível em todos os instrumentos, é o de que toda a recusa deve ser fundamentada e comunicada a quem formulou a pretensão. *In casu* deverão ser as autoridades da execução que, diretamente, pela via mais rápida (fax ou correio) devem comunicar à autoridade da emissão, devidamente identificada no formulário, o teor e sentido da sua decisão.

6. Dá-se conhecimento formal da situação exposta na pergunta anterior aos restantes Estados - Membros? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Nada obriga a que uma decisão seja comunicada a todos os Estados Membros. Contudo, mecanismos de avaliação inter pares (como o que se desenvolveu, incidindo sobre o MDE, entre 2006 e 2008) ou recolhas anuais de dados (promovidas pela Comissão Europeia) podem revelar decisões consideradas mais paradigmáticas.

7. Quando as informações presentes num MDE forem consideradas insuficientes, o(s) Estado(s)-Membro(s) de execução faz(em) um pedido de complementaridade de informação ou recusa(m) a respetiva execução?

Outro princípio fundamental da cooperação internacional, igualmente presente em diversos instrumentos, é o de que a insuficiência de informações ou dados não deve determinar uma recusa imediata. Assim, deverá a autoridade da execução, sempre que considerar que o MDE se mostra incompleto ou que deixaram de ser prestadas informações das quais se faz depender a execução do pedido, diretamente, através dos pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia ou da EUROJUST, solicitar que tais informações ou garantias sejam prestadas.

8. Quais as causas de recusa de execução do MDE mais frequentemente utilizadas?

Verifica-se que raramente se recusa a execução de um MDE sendo, sem dúvida, utilizada com maior frequência, a causa de recusa prevista no artigo 12º nº1 al.b) da Lei 65/2003, ou seja a entrega de nacionais ou residentes para cumprimento de pena. Trata-se de uma causa de recusa que, na prática, produz um resultado satisfatório em termos de cooperação internacional já que, por força da Decisão Quadro, a pena deverá ser executada no Estado que recusou a entrega. Com menor expressão verifica-se, ainda, recusas de

entrega em casos de *ne bis in idem* ou de conflito positivo de jurisdição, o qual, mediante intervenção da EUROJUST deverá obrigatoriamente dar lugar à concentração de processos no Estado que se encontrar em melhores condições para assegurar a totalidade da investigação.

9. Conhece alguma situação em que o Estado membro de execução não tenha fundamentado os motivos de recusa, e o tenha feito sem fundamento legal?

Não, embora num caso com a Alemanha (*Staatsanwaltschaft Bremen*) Estado que tem um procedimento particular em que o Procurador decide apresentar, ou não, o MDE para execução, foi decidido não apresentar o MDE para execução. As causas, algo ininteligíveis, pareciam prender-se com questões de proporcionalidade e julgamento na ausência do arguido. Contudo, não houve procedimento formal, concluído com decisão de recusa.

10. Quando o MDE é emitido para efeitos de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade, o Estado membro de execução, normalmente, aplica a pena em território nacional ou extradita?

Conforme já referido, tratando-se de nacionais ou residentes, a autoridade da execução (no MDE não deve falar-se em Estado porque a cooperação entre Estados é característica da extradição, não do MDE), pode decidir recusar a entrega. Tal recusa, porém, implicará que a pena seja executada. Casos há, infelizmente, em que por falta da ratificação da Convenção Europeia sobre o Valor Internacional de sentenças penais estrangeiras, se verifica impossibilidade legal de executar penas impostas por autoridades judiciárias de outros Estados.

11. Quando a transmissão de um MDE é feita diretamente à autoridade judiciária de execução através dos pontos de contato da rede judiciária europeia, o Gabinete Nacional da INTERPOL (GNI) e o Gabinete SIRENE também são informados?

Embora prevista na Decisão Quadro a transmissão de MDE através da rede segura da Rede Judiciária Europeia não se verifica porquanto o referido canal de transmissão não se mostra desenvolvido tecnicamente. No quadro atual os mandados são transmitidos diretamente no caso em que são conhecidos os paradeiros das pessoas cuja entrega se requer, ou são difundidos pelo Gabinete Nacional SIRENE, mediante inserção no Sistema de Informação Schengen, ou pelo Gabinete Nacional da INTERPOL para os Estados que

não fazem parte do SIS. No caso da transmissão direta deverá haver, igualmente, difusão SIS (para prevenir que a mobilidade dentro do espaço da União seja utilizada para potenciar a fuga das pessoas procuradas) e INTERPOL, na medida em que será esta a entidade responsável pela remoção final das pessoas cuja entrega se solicitou.

12. A Lei prevê que as autoridades judiciais, em caso de dificuldades, devem resolver as mesmas através de contato direto entre as autoridades interessadas. É um fato que se observa, ou recorrem mais frequentemente a outros meios de contato como o GNI ou o Gabinete SIRENE?

A possibilidade de estabelecer contactos diretos pressupõe, no mínimo, a capacidade de utilizar uma língua comum, com alguma fluência e competência (é preciso dominar-se a vertente jurídica da língua, nem sempre sendo suficiente a linguagem corrente) o que nem sempre se encontra ao alcance de todas as autoridades judiciárias. Assim este contacto direto parece-nos, ainda, excepcional, sendo frequente a intermediação da Rede Judiciária Europeia e da EUROJUST ou, no quadro da sua competência de apoio administrativo, a antiga autoridade central.

13. Os contatos realizados entre os gabinetes diferentes dos Estados - Membros são normalmente céleres?

Sim. Por definição a conceção moderna de cooperação judiciária implica a celeridade sem a presença da qual a eficiência se encontra absolutamente comprometida.

14. Qual é o procedimento adequado quando existe mais do que um MDE sobre a mesma pessoa, nomeadamente por mais que um Estado – Membro ou um pedido simultâneo de MDE e de extradição?

A Lei e a Decisão Quadro oferecem um quadro de critérios que deve ser seguido pelas autoridades judiciárias. Neste apartado não se verifica inovação de relevo, uma vez que os critérios enunciados não divergem daqueles que se encontravam já na extradição. O princípio básico será sempre o de com a entrega não vir a inviabilizar uma futura reentrega ou extradição.

15. Quando é recebido um MDE para execução, é feita alguma pesquisa da localização da pessoa procurada, ou apenas difundida entre as autoridades judiciárias e autoridades/ órgãos de polícia criminal?

Dependendo do caso concreto, cremos que se o MDE tiver sido diretamente recebido na autoridade competente para a execução, verificado que o mesmo não enferma de vícios nem insuficiências, dar-se-á início ao procedimento de execução, que implica a procura da pessoa no local onde se informa estar localizada, com vista à sua detenção. No caso de o MDE ter sido transmitido via SIS ou INTERPOL, indicando-se um possível paradeiro, tentar-se-á a sua localização e detenção. Caso seja desconhecido o paradeiro da pessoa a procurar deverá ser feita consulta de bases de dados nacionais e, resultando a mesma negativa, aguardar-se pela localização e detenção da pessoa cuja entrega é solicitada. Para esta resposta sugere-se confirmação junto do SIRENE e da INTERPOL.

16. Considera que os prazos de decisão de execução de um MDE são adequados?

Sim. Não existem situações de desrespeito dos prazos com uma frequência que faça concluir serem os mesmos insuficientes para o comum dos casos.

17. Recorrendo à sua experiência profissional, e em suma, considera que a substituição do tradicional processo de extradição pelo Mandado de Detenção Europeu foi uma mais-valia para o combate à criminalidade dentro da União Europeia? Porquê?

Sem dúvida que o MDE foi um grande passo em frente na medida em que, pela primeira vez, judicializou totalmente o processo de entrega internacional de pessoas, retirando a intervenção política. Com este princípio deu-se por assente que a criação de possibilidades para a responsabilização criminal de cidadãos, no espaço da União Europeia, não deve depender do interesse político deste ou daquele Estado, em cooperar ou não, mas sim da intervenção das autoridades judiciárias, cujo denominador comum, de responsabilidade institucional pelo combate à criminalidade, através da investigação e julgamento de factos de natureza criminal, impõe a cooperação sem dependência de juízos de conveniência. Por outro lado, a sua rapidez mercê da articulação dos diversos mecanismos que o compõem (redução de causas de recusa, limitação do controle da dupla incriminação, entrega de nacionais, introdução de garantias, utilização de formulário e imposição de prazos) contribui fortemente para a boa administração da justiça e também para o respeito pelos direitos dos arguidos os quais melhor convivem com uma rápida resolução do processo-crime.

Apêndice C

Entrevista ao Senhor Doutor José Eduardo Guerra

TEMA: “A Eficácia do Mandado de Detenção Europeu no Combate à Criminalidade”

1. Quais as vantagens mais significativas do Mandado de Detenção Europeu (MDE) em relação ao tradicional processo de extradição?

O MDE é um instrumento de cooperação completamente diferente do mandado de captura internacional, tem uma filosofia e uma forma de tramitação completamente diferente. O mandado de captura internacional é um pedido de cooperação que um Estado apresenta a outro Estado para efeitos de extradição de um indivíduo que é procurado e que está sujeito às regras de extradição, ou seja, está sujeito a uma análise formal e material por parte do Estado de execução. Quanto ao MDE, tem um procedimento completamente diferente: baseia-se no princípio do reconhecimento mútuo, e portanto é um mandado emitido por uma autoridade judiciária de Estado-Membro da União Europeia que produz efeitos em todo o território da União e tem força executiva imediata. Não é um pedido de cooperação que um estado apresenta a outro, mas sim uma ordem de um Estado que produz efeitos em todo o território da União. Isto significa que um MDE tem a mesma validade no território da União que um mandado de detenção interno tem no território nacional de um determinado Estado. Assim o MDE é reconhecido e vinculativo às autoridades dos Estados-membros da União como se tivesse sido emitido por uma autoridade judiciária nacional. Assim as autoridades judiciais de execução não podem nunca fazer uma triagem material do mandado, podendo sim fazer uma triagem meramente formal. O fato de a recusa de um mandado se poder efetuar apenas por motivos formais, e não por motivos materiais é uma grande revolução em relação ao tradicional processo de extradição.

2. Encontra alguma desvantagem ou ponto fraco na aplicação do MDE?

Na minha opinião não existe qualquer ponto fraco na aplicação do MDE. Toda a aplicação deste instrumento trouxe um salto qualitativo em relação ao que era feito anteriormente. A única situação que se poderia enquadrar aqui é a questão da proporcionalidade que pode dizer-se que é um ponto fraco mas inevitável. Se fosse dada a

liberdade a uma autoridade judiciária de decidir sobre a execução de um mandado baseado no princípio da proporcionalidade, permitia que a autoridade de execução reavaliasse os pressupostos da emissão e então deixava de existir o princípio do reconhecimento mútuo e voltaríamos ao sistema de extradição mitigado. O que se pode fazer para que a questão da proporcionalidade não seja levantada é, através de medidas de formação, sensibilizar as autoridades judiciárias para não emitirem mandados de detenção europeu em circunstâncias desproporcionais, ou seja em bagatelas penais.

3. Considera que a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo vem fragilizar a soberania nacional e concomitantemente a separação de poderes em Portugal?

Depende do que entenda por fragilizar a soberania nacional. Na minha opinião o princípio do reconhecimento mútuo implica uma partilha de soberania, e penso que não fragiliza a soberania nacional. Vejamos: no momento em que um juiz português se encontra a executar um MDE sem poder reapreciar os fundamentos, é evidente que ele está a ceder soberania, mas no momento em que o juiz emite um MDE para cumprimento em todo o espaço da União Europeia, é evidente que possui mais soberania. Podemos dizer que é um sistema de vasos comunicantes sendo não uma perda de soberania mas sim uma partilha de soberania. Na minha opinião e num balanço final podemos dizer que resulta num reforço de soberania.

4. Qual (quais) a(s) entidade(s) que verifica(m) se os mandados emitidos/solicitados se enquadram nas causas legais de recusa de execução do MDE?

Quem realiza essa análise é o Tribunal da Relação a quem o MDE foi entregue. Se a causa de recusa estiver relacionada com razões de natureza “ pessoal”, ou seja no momento em que se faz a detenção da pessoa procurada, só podem ser apreciadas nessa altura. Se as razões forem de natureza formal que sejam imediatamente evidentes na altura em que o mandado é recebido, devem ser analisados logo na receção. Assim temos dois momentos: a primeira análise feita quando é recebido o MDE que corresponde à análise de requisitos formais para que possa ser mandado executar o mandado, e outra na detenção do indivíduo por razões “pessoais” como por exemplo a alegação do arguido ter sido julgado na ausência. De qualquer das formas é sempre o Tribunal da Relação que faz essa análise. No entanto existem situações em que só depois de detido o indivíduo é que é feita essa

avaliação, no caso em que o indivíduo é detido por uma informação no Sistema de Informações Schengen.

5. Se um MDE preencher os requisitos para a recusa de execução, a autoridade de emissão é informada? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Sim, a autoridade judicial de execução informa o mais rapidamente possível a autoridade de emissão. Segundo a Decisão-Quadro, esta comunicação deveria ser feita através da rede segura da Rede Judiciária Europeia. No entanto esta rede nem sequer está em funcionamento. Assim a autoridade judiciária de execução informa diretamente a autoridade judiciária de emissão, via correio eletrónico.

6. Dá-se conhecimento formal da situação exposta na pergunta anterior aos restantes Estados - Membros? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Quem tem essa responsabilidade é o Estado-Membro de emissão depois de ser informado pelo Estado-Membro de execução. Esta situação só acontece quando não se sabe o paradeiro da pessoa procurada e a autoridade judicial de emissão manda difundir a informação da pessoa procurada por todo o território da União. Quando é informado do fundamento de recusa deve retirar essa informação da pessoa procurada, para que outros Estados Membros não venham a deter a pessoa quando o seu processo já foi arquivado. No entanto existe uma situação peculiar: ao existir a recusa por parte de uma autoridade judicial, a autoridade judicial de emissão pode emitir novo mandado e assim não ter que retirar a informação de pessoa procurada.

7. Quando as informações presentes num MDE forem consideradas insuficientes, o(s) Estado(s)-Membro(s) de execução faz(em) um pedido de complementaridade de informação ou recusa(m) a respetiva execução?

Um dos principais pontos da cooperação internacional é não levantar recusa por falta de informação no MDE, pelo que existe sempre um pedido de complementaridade da informação aquando a detenção da pessoa procurada, pois o mandado não pode ser recusado por um dos requisitos formais da estrutura do mandado não estar preenchido.

8. Quais as causas de recusa de execução do MDE mais frequentemente utilizadas?

São várias as causas de recusa utilizadas. No entanto considero pertinente falar aqui de uma situação que ocorre com frequência em Portugal e que se traduz numa causa de recusa aos mandados emitidos por Portugal. Está relacionado com o nosso regime de notificações para julgamento. Ao efetuarmos um TIR, o arguido concorda em receber todas as notificações na morada que fornece. Ao chegar à altura do julgamento o Ministério Público envia uma carta simples para notificar o arguido do dia, hora e local onde vai ser julgado. No entanto o arguido não lê a carta e no dia do julgamento não comparece. O direito português considera o arguido notificado nessa situação. Em Portugal não existem julgamentos na ausência pelo que se a pessoa não tiver sido notificada não existe julgamento. Mas nesta situação o arguido foi notificado e então procede-se ao julgamento ao qual o arguido decidiu não comparecer. Como tal não é garantida a repetição de julgamento. Para os outros países da União Europeia isto é inconcebível, pois a autoridade judiciária portuguesa não apresenta prova de como o arguido foi notificado e também não fornece garantia de repetição de julgamento, apenas de recurso. Desta forma, os outros Estados-Membros recusam-se a mandar executar mandados portugueses que se encontrem nesta situação, o que é bastante frequente.

9. Conhece alguma situação em que o Estado membro de execução não tenha fundamentado os motivos de recusa, e o tenha feito sem fundamento legal?

Não tenho conhecimento de que alguma vez isso tenha acontecido. É obrigatório fundamentar, não existe sequer essa possibilidade. Situações que já tive conhecimento, e que Portugal usa com frequência, são quando existe um MDE para cumprimento de uma pena e sendo a pessoa a deter cidadão ou residente em território nacional, em vez de executar o mandado, executar a pena em território nacional.

10. Quando o MDE é emitido para efeitos de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade, o Estado membro de execução, normalmente, aplica a pena em território nacional ou extradita?

A execução de pena em território nacional é feita quando o arguido é nacional ou residente em território nacional. Nas restantes situações procede-se à extradição. Tanto que o Supremo Tribunal atribui ao mandado um valor vinculativo para a execução de pena

dispensando a revisão de sentença consagrada na Lei de Cooperação Judicial Internacional em Matéria Penal.

11. Quando a transmissão de um MDE é feita diretamente à autoridade judiciária de execução através dos pontos de contato da rede judiciária europeia, o Gabinete Nacional da INTERPOL (GNI) e o Gabinete SIRENE também são informados?

Sim são informados, até porque já podem ter alguma informação ou alguma investigação a decorrer sobre esse arguido, e pode ser um ponto importante de cruzamento de informação. O que deveria acontecer e não acontece é, depois de detida a pessoa procurada e se proceder à sua audição e extradição, estes gabinetes não serem informados, sendo excluídos do restante processo, o que faz com que exista a possibilidade de continuarem a trabalhar em informações sobre a pessoa procurada quando o processo judicial já está a decorrer.

12. A Lei prevê que as autoridades judiciais, em caso de dificuldades, devem resolver as mesmas através de contato direto entre as autoridades interessadas. É um fato que se observa, ou recorrem mais frequentemente a outros meios de contato como o GNI ou o Gabinete SIRENE?

Nunca recorrem a esses gabinetes, pois exercem sempre um contato direto entre as autoridades judiciárias. Nas situações em que existam dificuldades mais complexas recorrem à EuroJust. A Eurojust acaba apenas por ser um intermediário entre as autoridades judiciárias, sendo que a maioria das vezes que recorrem à Eurojust são dificuldades causadas por uma barreira meramente linguística.

13. Os contatos realizados entre os gabinetes diferentes dos Estados - Membros são normalmente céleres?

Posso dizer-lhe que sim, não pelo contato direto com essa realidade, mas sim porque se os contatos não são céleres o suficiente, as autoridades judiciárias recorrem à Eurojust para acelerarem o processo, e são raríssimas as vezes que recorrem à Eurojust para esse fim, por isso deduzo que o contato direto está a ser muito eficiente.

14. Qual é o procedimento adequado quando existe mais do que um MDE sobre a mesma pessoa, nomeadamente por mais que um Estado – Membro ou um pedido simultâneo de MDE e de extradição?

Relativamente aos mandados concorrentes, existe uma norma na decisão da Eurojust que diz que a autoridade de execução pode pedir um parecer à Eurojust, não sendo este vinculativo. No entanto existe no Relatório Anual da Eurojust de 2004, um anexo com os critérios que a Eurojust recomenda para decidir sobre a execução de mandados concorrentes, sendo esses critérios bastante amplos e não vinculativos.

15. Quando é recebido um MDE para execução, é feita alguma pesquisa da localização da pessoa procurada, ou apenas difundida entre as autoridades judiciais e autoridades/ órgãos de polícia criminal?

Em Portugal a deteção e detenção das pessoas procuradas é da competência dos órgãos de polícia criminal. Há países na União em que à chegada do mandado, não sabendo o paradeiro do arguido, é procurado em bases de dados, mas por norma e na generalidade é sempre da responsabilidade dos órgãos de polícia criminal, até porque são raros os casos em que não se sabe o paradeiro do arguido.

16. Considera que os prazos de decisão de execução de um MDE são adequados?

Como sabe é obrigatória a comunicação à Eurojust dos excessos de prazo da execução dos mandados, e nós temos tido, por ano, um ou dois excessos de prazo. Portanto significa, sem dúvida, que são adequados.

17. Recorrendo à sua experiência profissional, e em suma, considera que a substituição do tradicional processo de extradição pelo Mandado de Detenção Europeu foi uma mais-valia para o combate à criminalidade dentro da União Europeia? Porquê?

Obviamente que sim. Permitiu agilizar muito os processos de captura de pessoas procuradas fora do território nacional e permitiu colocar o MDE com poder vinculativo semelhante a um mandado de detenção interno para a captura de pessoas dentro do espaço da União Europeia. Hoje em dia é um processo extremamente simples e desburocratizado a detenção de uma pessoa dentro do espaço da União. Sem dúvida que é um instrumento precioso no combate à criminalidade.

Apêndice D

Entrevista à Senhora Doutora Maria José Morgado

TEMA: “A Eficácia do Mandado de Detenção Europeu no Combate à Criminalidade”

1. Quais as vantagens mais significativas do Mandado de Detenção Europeu (MDE) em relação ao tradicional processo de extradição?

Tem vantagens enormes que se fazem sentir desde que entrou em vigor 23 de Agosto o MDE, a saber designadamente: em primeiro lugar deixou de ser necessário ter um intermediário nas comunicações de assistência mútua em matéria penal, ou seja as autoridades judiciais comunicam diretamente entre si (tribunais entre tribunais, Ministério Público entre Ministério Público). Assim houve redução da burocracia e do formalismo. Com esta redução surge outra enorme vantagem que é a celeridade, pois hoje é possível e frequente fazer-se a detenção e entrega de uma pessoa no prazo de 10 dias se ela consentir na entrega. A outra grande vantagem a destacar é a eficácia no combate à criminalidade mais grave. Melhor não seria possível e foi um salto qualitativo enorme em relação ao tradicional processo de extradição. Evoluímos na celeridade, contato direto, comunicação em tempo real, entrega imediata, melhor justiça, quando existem irregularidades ou necessidades de esclarecimento consegue-se colmatar num espaço de 24 horas. O MDE tem um formalismo muito simples e muito eficaz, e na Europa, de fato, foi uma diferença muito grande em relação ao anterior modelo.

2. Encontra alguma desvantagem ou ponto fraco na aplicação do MDE?

Os pontos fracos só surgem por falta de profissionalismo das pessoas, se existirem Magistrados que não compreendam como é que se utiliza o MDE ou se usarem mal. Com isto quero dizer que deve ser aplicado um princípio de proporcionalidade e de adequabilidade. Por exemplo, se for emitido um MDE sobre um arguido que tem uma pena de 5 meses de prisão para cumprir por causa de um crime de difamação, os custos que vamos ter com a entrega da pessoa não justificam os ganhos que conseguimos em matéria de justiça. Tirando isso, o modelo do MDE é bom, não tem qualquer desvantagem, não põe em causa a livre circulação das pessoas na Europa pois está relacionado com a construção

de uma justiça comum. Concluindo, se existirem pontos fracos na aplicação do MDE é por culpa das pessoas que não sabem como aplicar a lei e não de existirem lacunas na lei.

3. Considera que a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo vem fragilizar a soberania nacional e concomitantemente a separação de poderes em Portugal?

Não. Nós necessitamos do princípio do reconhecimento mútuo, tanto que nós temos esse princípio consagrado na nossa constituição, e faz parte de um estado soberano reconhecer a soberania do outro estado e negociar com ele no que toca a matéria de combate ao crime. Como consagrado no n.º 1 do Art.º 8º da CRP, em termos de cooperação judiciária internacional, as decisões quadro, os acordos estabelecidos para cooperação internacional têm efeito imediato no nosso sistema interno. Com isto quero apenas demonstrar que o princípio do reconhecimento mútuo está integrado na nossa constituição, pois de outra forma não seria possível a existência de uma cooperação internacional funcional.

4. Qual (quais) a(s) entidade(s) que verifica(m) se os mandados emitidos/solicitados se enquadram nas causas legais de recusa de execução do MDE?

O Mandado pode ser emitido via Europol e é encaminhado diretamente para o tribunal da relação. Tanto a Europol como o Ministério Público deveriam fazer essa análise. No entanto o que acontece mais frequentemente é que com a chegada do mandado e detenção da pessoa procurada, esta tem que ser ouvida no prazo de 48 horas, e só nessa audição é que é realizada uma análise breve sobre se o MDE preenche ou não os requisitos formais que fundamentam o pedido. Respondendo diretamente a pergunta, quem faz a verificação dos requisitos formais é a autoridade judicial competente pelo primeiro interrogatório judicial aquando a detenção do arguido.

5. Se um MDE preencher os requisitos para a recusa de execução, a autoridade de emissão é informada? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Informamos diretamente. O Ministério Público instaura processo, manda distribuir como processo de MDE, informa que o mandado não preenche os requisitos de cumprimento obrigatório fundamentando esses mesmos motivos, sendo o processo devolvido ao Juiz responsável pelo mesmo. Aí é feito um despacho que fundamenta o motivo de recusa. Esse despacho é enviado diretamente à autoridade judiciária de emissão

via e-mail, ou via Europol. Se Portugal for a autoridade de emissão, somos informados dos motivos de recusa exatamente pelo mesmo mecanismo, diretamente via e-mail ou via Europol.

6. Dá-se conhecimento formal da situação exposta na pergunta anterior aos restantes Estados - Membros? Se sim, qual o mecanismo formal para o fazer.

Essa responsabilidade é atribuída ao estado membro de emissão, que após receção do fundamento de recusa, deve proceder às diligências para eliminar os pedidos efetuados para procura da pessoa, nomeadamente deve efetuar uma informação para o Gabinete SIRENE, INTERPOL e EUROPOL, para apagar a informação da pessoa procurada, e arquivar o processo.

7. Quando as informações presentes num MDE forem consideradas insuficientes, o(s) Estado(s)-Membro(s) de execução faz(em) um pedido de complementaridade de informação ou recusa(m) a respetiva execução?

Um princípio fundamental da cooperação judiciária é que a falta de informação não deve ser um motivo de recusa de execução. Assim deve-se contatar diretamente a autoridade judiciária de emissão, ou nos casos em que existam dificuldades, a Eurojust, para obtermos mais informações sobre um processo em que se considera que a informação constante não é suficiente para cumprimento obrigatório.

8. Quais as causas de recusa de execução do MDE mais frequentemente utilizadas?

Na realidade que vivemos atualmente, os países de leste invocam frequentemente a perseguição política, mas sem fundamento, porque são países que ainda possuem uma cultura democrática muito frágil. Mas raramente essa recusa é válida devido à falta de fundamento. Outras vezes fundamentam que as pessoas procuradas não são culpadas, que não praticaram o crime, ou mesmo até que as provas não são válidas, mas esses motivos nunca são válidos como fundamentos de recusa pois o MDE é meramente formal, isto é, com o MDE a pessoa procurada deve ser emitida, entregue para que essas questões possam ser discutidas no estado-membro de emissão, ou seja, as causas mais frequentes são mesmo querer discutir a inocência da pessoa procurada, mas a autoridade judiciária de execução não tem qualquer papel ativo nessa matéria.

9. Conhece alguma situação em que o Estado membro de execução não tenha fundamentado os motivos de recusa, e o tenha feito sem fundamento legal?

Não. Não conheço nenhuma situação em que não tenha sido fundamentada a recusa. Existem no entanto casos como o da Alemanha que não entrega nacionais e pede transmissão do processo do crime praticado no estado membro de emissão. A Inglaterra, um caso muito peculiar, também pede sempre muitos elementos, quase até obter todo o processo para entregar uma pessoa. Mas de toda a minha experiência profissional não tenho conhecimento de nenhum caso em que não tenha sido informado e fundamentado o motivo de recusa.

10. Quando o MDE é emitido para efeitos de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade, o Estado membro de execução, normalmente, aplica a pena em território nacional ou extradita?

Não é comum emitir-se um MDE só para cumprimento de pena. No entanto quando isso é feito normalmente é feita uma revisão de sentença, em que um cidadão nacional ou residente condenado noutro estado, pode pedir para executar a pena no estado de execução (se for nacional ou residente), através de um pedido feito às autoridades judiciais competentes. Aí é feita uma revisão de sentença através da análise da sentença realizada pelo estado de emissão, e é autorizada a execução da pena no estado de execução, sendo essa decisão comunicada à autoridade de emissão. No entanto este processo de revisão de sentença encontra-se ao abrigo da Lei nº 144/99, Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, e não diretamente relacionado com o processo do MDE. No entanto se não for solicitada revisão de sentença, o arguido é extraditado para cumprimento de pena no país de emissão.

11. Quando a transmissão de um MDE é feita diretamente à autoridade judiciária de execução através dos pontos de contato da rede judiciária europeia, o Gabinete Nacional da INTERPOL (GNI) e o Gabinete SIRENE também são informados?

Sim, são informados. Em todos os mandados são informadas as entidades que trabalham diretamente com este instrumento. Por exemplo, posso-lhe dar a situação do Tribunal da Relação de Lisboa, que é a realidade que conheço melhor, em que sempre que era feita uma comunicação relacionada com o MDE já era realizada em triplicado para o conhecimento desses gabinetes. No entanto não sei se os outros tribunais também o fazem.

12. A Lei prevê que as autoridades judiciais, em caso de dificuldades, devem resolver as mesmas através de contato direto entre as autoridades interessadas. É um fato que se observa, ou recorrem mais frequentemente a outros meios de contato como o GNI ou o Gabinete SIRENE?

Sim, o contato é normalmente realizado diretamente entre autoridades judiciárias. No entanto em casos mais complexos que, são raros, recorreremos à Eurojust.

13. Os contatos realizados entre os gabinetes diferentes do Estados - Membros são normalmente céleres?

Sem dúvida. Por vezes obtenho respostas mais rápidas do que, por exemplo, com o Ministério Público de Bragança. Uma vez que trabalhamos diariamente com este instrumento começamos a travar conhecimentos com os Ministérios Públicos dos outros estados e conseguimos respostas em tempo real através de correio eletrónico.

14. Qual é o procedimento adequado quando existe mais do que um MDE sobre a mesma pessoa, nomeadamente por mais que um Estado – Membro ou um pedido simultâneo de MDE e de extradição?

É feita uma avaliação pelo tribunal da relação que irá decidir qual o mandado a executar. Por norma essa avaliação é feita com base na antiguidade do processo ou na gravidade do crime. Em casos mais complexos é pedido um parecer à Eurojust. Na situação de um pedido de extradição, procede-se exatamente da mesma maneira.

15. Quando é recebido um MDE para execução, é feita alguma pesquisa da localização da pessoa procurada, ou apenas difundida entre as autoridades judiciárias e autoridades/ órgãos de polícia criminal?

Normalmente o mandado vem com a informação do paradeiro da pessoa procurada. A informação de pessoa procurada é transmitida aos órgãos de polícia e estes têm a função de deter a pessoa procurada. No entanto quando não existe essa informação cabe aos órgãos de polícia recolher informações para encontrar e deter o individuo objeto do mandado.

16. Considera que os prazos de decisão de execução de um MDE são adequados?

Sim. Os prazos são cumpridos com a maior das facilidades, pois é um procedimento muito formal, não existem situações em que sejam necessário discutir seja o que for.

17. Recorrendo à sua experiência profissional, e em suma, considera que a substituição do tradicional processo de extradição pelo Mandado de Detenção Europeu foi uma mais-valia para o combate à criminalidade dentro da União Europeia? Porquê?

Sem dúvida que foi. Basicamente pelos mesmos motivos que referi na primeira pergunta, permite uma atuação em tempo real da detenção dos agentes do crime, possibilita o contato direto entre autoridades judiciais, o que permite o funcionamento de uma justiça mais célere, mais eficaz e mais moderna. Na minha carreira profissional tive a possibilidade de trabalhar com o processo de extradição e com o processo do MDE, e é uma diferença abismal. Muito mais rápido e extremamente simples, ao contrário do processo de extradição que é um processo complexo, muito “ritualizado” e, consequentemente, muito lento.